IV SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: INTELECTUAIS

Programação e Resumos

8 a 11 de outubro de 2007

Universidade Estadual do Maranhão

São Luís / MA

IV SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: INTELECTUAIS

Simpósio Nacional Estado e Poder:intelectuais (4:2007:São Luís, MA)

Caderno de Resumos / 4 Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais. 08 a 11 de outubro de 2007, Organizadores: Msc. Marcelo Cheche Galves, Msc. Yuri Michael Pereira Costa – São Luís: UEMA, 2007.

64f.

1. Estado 2. Poder 3. Intelectuais 4. Maranhão I. Galves, Marcelo Cheche II. Costa, Yuri Michael Pereira Costa III. Título

CDU: 94 (812)

Programa e Resumos

IV SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER:

INTELECTUAIS

8 a 11 de outubro de 2007

UEMA – Prédio do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Praia Grande
São Luís / MA

Realização:

Universidade Estadual do Maranhão – Curso de História

Grupo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil

IV SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: INTELECTUAIS

COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

Sônia Regina de Mendonça (UFF)
Théo Lobarinhas Piñeiro (UFF)
Marcelo Cheche Galves (UEMA)
Yuri Michael Pereira Costa (UEMA)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriana Maria de Souza Zierer
Ana Lívia Bomfim
Elizabeth Sousa Abrantes
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Júlia Constança Pereira Camelo
Maria de Lourdes Lauande Lacroix
Alan Kardec Gomes Pacheco Filho
Carlos Alberto Ximendes
Fábio Henrique Monteiro Silva
José Henrique de Paula Borralho
Márcia Milena Galdez Ferreira

AGRADECIMENTOS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação – UEMA
Pró-Reitoria de Administração – UEMA
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UEMA
Direção do Curso de Arquitetura e Urbanismo – UEMA

Capa: Sabrina Nunes de Azevedo dos Santos
Editoração: Marcelo Cheche Galves e Yuri Michael Pereira Costa
Impressão: Gráfica Carajás

SUMÁRIO

Apresentação	7
Programação Geral	10
Programação Mesas Coordenadas	14
Mini-Cursos	19
Resumo Conferência	23
Resumos Mesas Redondas	25
Resumos Mesas Coordenadas	41

IV SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER

Entre os dias 8 e 11 de outubro de 2007, acontece o **IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais**. Este ano, o evento ocorre na Universidade Estadual do Maranhão, prédio da Arquitetura, localizado no centro histórico de São Luís/MA. O Simpósio decorre de uma parceria entre o Curso de História da UEMA e o **Grupo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil**, coordenado pela Dra. Sônia Regina de Mendonça, da Universidade Federal Fluminense.

Durante quatro dias, há a oportunidade de discutir em conferências, mesas-redondas, mini-cursos e apresentação de trabalhos, as relações envolvendo Estado e intelectuais no Brasil dos séculos XIX e XX. Também durante o evento, ocorre o lançamento do 4º número da **Revista Outros Tempos**, publicação eletrônica do Curso de História da UEMA, bem como o primeiro número especial do periódico: **Dossiê História e Política**.

O Simpósio conta com a participação de acadêmicos pertencentes a cursos de graduação, mestrado, doutorado e ao corpo docente de dezenas de Universidades de todo o Brasil, tendo representantes das diferentes regiões do país.

Trazer o **Simpósio Nacional Estado e Poder** para o Maranhão é parte do esforço de reunir pesquisadores de todo o Brasil, aproximando experiências e integrando pesquisas. Esforço intentado pelo Curso de História da UEMA desde a **I Jornada de História**, realizada em 2005, em parceria com a ANPUH-MA, o **I Encontro de História Antiga e Medieval do Maranhão** (2005) e o **I Encontro de História da América** (2006).

Comissão Organizadora do IV Simpósio Nacional Estado e Poder

Outubro de 2007

APRESENTAÇÃO

O evento que hoje se inicia, é fruto do esforço e da iniciativa de um grupo de pesquisadores que integram o *Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil*, sediado na Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação da Profa. Dra. Sonia Regina de Mendonça.

O Núcleo, cadastrado junto ao CNPq desde 1993, inicialmente como um Grupo de Pesquisa, tem como perfil, desde sua fundação, o fato de congregar estudiosos, nos mais distintos níveis de formação, que se recusam a refletir sobre o Estado brasileiro partindo de perspectivas teórico-metodológicas indiferenciadas ou "ecléticas". A rigor, trata-se de um coletivo que comunga de pressupostos teóricos bastante definidos sobre o tema ao qual dedicam tanto tempo e energia, posto obstinarem-se em pensar o Estado brasileiro a partir da matriz gramsciana, logo, enquanto Estado Ampliado.

Para dar continuidade e enriquecer, cada vez mais, as reflexões movidas por seu quadro de investigadores, o Núcleo vem realizando, desde 2004, encontros anuais, dedicados a tratar de temáticas específicas derivadas da questão conceitual mais ampla sobre o Estado no Brasil. Assim, em 2004 e 2005, tiveram lugar, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia de UFF, o I e II Simpósios sobre o Estado Brasileiro e, em 2006, o III deles, realizado na Universidade Federal de Goiás.

Hoje, neste novo evento, o Núcleo uma vez mais reúne o conjunto de seus integrantes, cada vez mais ampliado e oriundo de diversas disciplinas, bem como de IES dos quatro cantos do país, motivados pelo ensejo de debater e refletir sobre esse tema tão significativo quanto controverso, o Estado Brasileiro. Se, no I Simpósio "Estado Brasileiro: Agencias e Agentes" objetivávamos trazer a público discussões derivadas de pesquisas originais em andamento ou em fase de conclusão sobre distintos organismos e agentes estatais, no II Simpósio "Estado Brasileiro: Historiografia", nosso objetivo era ainda mais específico: refletir sobre as distintas modalidades através das quais o Estado costuma ser tratado pela historiografia brasileira em seus mais diversos matizes teóricos e recortes temáticos. Já o III Simpósio "Estado Brasileiro: Políticas Públicas e Conflitos Intraestatais", focalizou temas voltados para as práticas perpetradas a partir do Estado e seus agentes entre os séculos XIX e XXI.

Hoje, em sua nova versão – o IV Simpósio "Estado Brasileiro: Intelectuais" – os integrantes do Núcleo propuseram-se o debate sobre uma categoria central ao pensamento de Antonio Gramsci: os intelectuais. Trata-se, por certo, de tarefa ousada e polêmica, porém de todo estimulante e desafiadora, já que o pressuposto de boa parte dos trabalhos a serem apresentados consiste na crítica à

visão do Estado enquanto decalque de “história institucional”, bem como à concepção de seus agentes enquanto “burocratas” supostamente, “técnicos” ou “neutros”, quando não, dotados de interesses “imanentes”.

Diante da nova proposta, o Núcleo privilegiará práticas emanadas tanto de agentes da Sociedade Política, quanto, e sobretudo, da Sociedade Civil, munido das ferramentas propiciadas pelo pensador italiano para analisar, criticar e questionar posicionamentos historiograficamente estabelecidas e consagrados acerca dos Intelectuais no Brasil, explicitando discordâncias, vulnerabilidades, inconsistências e/ou contradições nas abordagens convencionais sobre o tema.

Sonia Regina de Mendonça

Niterói, outubro de 2007.

PROGRAMAÇÃO GERAL

PROGRAMAÇÃO

Horários	08/10	09/10	10/10	11/10
9:00-12:00	-	Mini Cursos	Mini Cursos	Comunicações Coordenadas e Mesa Redonda 05
14:30	-	Comunicações Coordenadas	Comunicações Coordenadas	Mesa Redonda 06
16:30	-	Mesa Redonda 01	Mesa Redonda 03	Mesa Redonda 07
18:30	-	Mesa Redonda 02	Lançamento de livros	Encerramento
19:00	Solenidade de Abertura	-	-	-
19:30	Conferência de abertura	-	Mesa Redonda 04	-

Dia 08 de outubro de 2005 – Centro de Convenções – CAMPUS PAULO VI

19:00h – Mesa institucional de abertura – UEMA, Grupo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil.

19:30h – **Conferência de Abertura**: **Os intelectuais na historiografia brasileira**

Dra. Sônia Regina de Mendonça (UFF)

Dia 09 de outubro de 2006 – Prédio da Arquitetura – UEMA

09:00h às 12:00h – Mini-cursos

14:30h às 16:30h – Comunicações coordenadas

16:30h às 18:30h – Mesa Redonda 01: **Estado e intelectuais no Brasil do século XIX.**

Local: Auditório da Arquitetura.

Ms. Débora El-Jaick Andrade (Doutoranda – UFF)

Ms. José Henrique de Paula Borralho (UEMA – Doutorando UFF)

Dra.Mônica de Souza Nunes Martins (UFRJ)

Dra. Regina Helena Martins De Faria (UFMA)

Dr. Théo Lobarinhas Piñeiro (UFF)

18:30h às 20:30h – Mesa Redonda 02: **Estado, intelectuais e agricultura**
Local: Auditório da Arquitetura
Ms. Carolina Ramos (Doutoranda UFF)
Ms. Edison Antônio de Souza (UEMT – Doutorando UFF)
Ms. Nílton de Almeida Araújo (Doutorando – UFF)

Dia 10 de outubro de 2006 – Prédio da Arquitetura - UEMA

09:00h às 12:00h – Mini-cursos
14:30h às 16:30h – Comunicações coordenadas
16:30h às 18:30h – Mesa redonda 03: **Estado, intelectuais e políticas públicas (1)**
Local: Auditório da Arquitetura
Dr. Antônio Cláudio Rabello (UFRO)
Dra. Dilma Andrade de Paula (U.F.Uberlândia)
Dra. Maria Letícia Corrêa (Bolsista Faperj - PPGH/UERJ)
Dra. Márcia Chuva (IPHAN – RJ)

18:30h – Lançamento de livros

19:30 às 21:30h – Mesa Redonda 04: **Estado, intelectuais e políticas públicas (2)**
Local: Auditório da Arquitetura
Dra. Gisele dos Reis Cruz (UFF)
Dra. Ilse Gomes Silva (UFMA)
Dr. Paulo Rios (Faculdade São Luís)
Ms. Ricardo Augusto dos Santos (Casa de Oswaldo Cruz - Doutorando UFF)

Dia 11 de outubro de 2007 – Prédio da Arquitetura - UEMA

09:00h às 10:30h – Comunicações coordenadas

10:30h às 12:30h – Mesa Redonda 05: **Estado, intelectuais e historiografia**
Local: Auditório da Arquitetura
Ms. Adroaldo José Silva Almeida (UFMA)
Dr. Fábio Maza (UFS)
Dra. Eliana T. Dos Reis (doutora pela UFRGS).
Ms. Washington Tourinho Jr (UFMA)

14:30h às 16:30h – Mesa Redonda 06: **Estado, intelectuais e imprensa**

Local – Auditório da Arquitetura
Ms. Cássia Rita Louro Palha (UFSJ - Doutoranda UFF)
Dra. Magali Gouveia Engel (FFP-UERJ)
Ms. Marcelo Cheche Galves (UEMA – Doutorando UFF)
Ms. Mônica Piccolo Almeida (FAETEC – RJ - Doutoranda – UFF)

16:30h às 18:30h – Mesa Redonda 07: **Estado, intelectuais e pensamento autoritário**

Local: Auditório da Arquitetura
Dra. Joana Coutinho (UFMA)
Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (ISAT)
Dra.Natalia Reis (Universo)
Dra. Zulene Muniz Barbosa (UEMA)

18:30h - Encerramento

PROGRAMAÇÃO

MESAS COORDENADAS

MC 01 – Imigração japonesa no Pará analisada pela História Cultural

Data/Local: 09 de outubro – 14:30 – Solar dos Vasconcelos
Coordenação: Ms. **Júlia Constança Pereira Camêlo** (UEMA)
Participantes:
Geraldo Magella de Menezes Neto (graduando em História pela UFPA);
Alfredo Jorge Hesse Garcia Neto (graduando em História pela UFPA); e,
Luis Carlos Lima dos Reis (graduando em História pela UFPA).

MC 02 – Museu, memória e historiografia

Data/Local: 09 de outubro – 14:30 – Sala 09 – Prédio da Arquitetura
Coordenação: Ms. **Márcia Milena Galdez Ferreira** (UEMA)
Participantes:
Ana Amélia Rodrigues de Oliveira (mestranda em História Social pela UFC)
Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez (mestranda em História Social pela UFC; bolsista Funcap)
Maria Lucélia de Andrade (mestranda em História Social pela UFC; bolsista CAPES); e,
Paula Virgínia Pinheiro Batista (mestranda em História Social pela UFC);

MC 03 – O Estado Nacional e a construção do ideal civilizador para os intelectuais no século XIX

Data/Local: 09 de outubro – 14:30 – Auditório da Arquitetura
Coordenação: Ms. **José Henrique de Paula Borralho** (UEMA)
Participantes:
Roni César Andrade de Araújo (mestrando em História pela UFPB; bolsista FAPEMA);
Edyene Moraes dos Santos (mestranda em História pela UFPB);
Agostinho Hollanda Coe (mestrando em História pela UFC); e,
Leudjane Michelle Viegas Diniz (mestranda em História pela UFU).

MC 04 – A Bahia em movimento: Estado, poder e religião: a organização e atuação de grupos populares e religiosos

Data/Local: 10 de outubro – 14:30 – Solar dos Vasconcelos
Coordenação: Ms. **Adroaldo José Silva Almeida** (UFMA)
Participantes:
André de Almeida Rego (mestrando em História Social pela UFBA);
Gisele Oliveira de Lima (mestranda em História Social pela UFBA);
Zózimo Antônio Passos Trabuco (mestrando em História Social pela UFBA); e,

Igor José Trabuco da Silva (mestrando em História Social pela UFBA, especialista em História da Bahia pela UEFS).

MC 05 – Gramsci e o "príncipe coletivo"

Data/Local: 10 de outubro – 14:30 – Sala 09 – Prédio da Arquitetura
Coordenação**:** Ms. **Mônica Piccolo de Almeida** (FAETEC – RJ)
Participantes:
Glauber Augusto da Costa Coelho (graduando em História pela UEMA);
Uslan Júnior de Sousa Mesquita (graduando em História pela UEMA); e,
Emanoelle Lyra Jardim (graduando em História pela UEMA).

MC 06 – Intelectuais e política no século XIX

Data/Local: 10 de outubro – 14:30 – Auditório da Arquitetura
Coordenação: Dr. **Théo Lobarinhas Piñeiro** (UFF)
Participantes:
Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA/Doutoranda UFF);
Brenda Coelho Fonseca (Mestranda UFRJ); e,
Saulo Santiago Bohrer (Mestrando UFF).

MC 07 – Memória, história, narrativa: poder e política

Data/Local: 11 de outubro – 09:00 – sala 01 – Prédio da Arquitetura
Coordenação**:** Drª. **Maria da Conceição Fraga** (Departamento e da pós-graduação em História da UFRN)
Participantes:
Maria da Conceição Fraga (Departamento e da pós-graduação em História da UFRN);
Ranielle Cavalcante de Macedo (mestrando em História pela UFRN);
Adriana Cristina da Silva Patrício (mestranda em História pela UFRN); e,
Renato Marinho Brandão Santos (graduando em História pela UFRN, bolsista PIBIC/ CNPq).

MC 08 – Direita e esquerda em quatro tempos: abordagens sobre o nazismo, neo-integralismo e socialismo no Brasil e no mundo

Data/Local: 11 de outubro – 09:00 – sala 02 – Prédio da Arquitetura
Coordenação: Drª. **Nara Maria Carlos de Santana** (bolsista ProDoc da Faculdade de Serviço Social da UFJF)
Participantes:
Nara Maria Carlos de Santana (bolsista ProDoc da Faculdade de Serviço Social da UFJF);
Natalia dos Reis Cruz (professora do curso de Historia na UNIVERSO);

Gissele Viana Carvalho (professora do curso de Historia na UNIVERSO); e,
Pomeia Genaio (coordenadora do curso de História da UNIVERSO);

MC 09 – O comércio popular na Belém da "Belle Epoque"

Data/Local: 11 de outubro – 09:00 – sala 03 – Prédio da Arquitetura
Coordenação: Ms. **Carlos Alberto Ximendes** (UEMA)
Participantes:
Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (graduando em História pela UFPA);
Lucicleide Lima Monteiro (graduanda em História pela UFPA); e,
Letícia Paula de Souza (graduanda em História pela UFPA).

MC 10 – Poder, política, material didático e modelo educacional excludente: final do século XIX e continuidade contemporânea

Data/Local: 11 de outubro – 09:00 – sala 04 – Prédio da Arquitetura
Coordenação: Drª. **Wilma de Nazaré Baía Coelho** (Departamentos de História da UFPA e UFAM)
Participantes:
Felipe Tavares de Moraes (graduando em História pela UFPA);
Rafaela Paiva Costa (graduando em História pela UFPA); e,
Wilma de Nazaré Baía Coelho (Departamento de História da UFPA e UFAM).

MC 11 – Estado, intelectuais e questão indígena no Pará – século XIX

Data/Local: 11 de outubro – 09:00 – sala 05 – Prédio da Arquitetura
Coordenação: Dr. **Mauro Cezar Coelho** (Departamento de História da Universidade Federal do Pará)
Participantes:
Mauro Cezar Coelho (Departamento de História da Universidade Federal do Pará);
Eveline Almeida de Sousa (graduanda em História pela UFPA);
Patrícia Raiol (graduando em História pela UFPA); e,
Diogo Soares Camelo (graduando em História pela UFPA).

MC 12 – O Brasil é o "país do futebol": o futebol e suas relações de poder através da política

Data/Local: 11 de outubro – 09:00 – sala 06 – Prédio da Arquitetura
Coordenação: Ms. **Cosme de Oliveira Jr.** (mestre em Ciências Sociais pela UFMA)
Participantes:
Hortência Keize dos Santos Araújo (graduanda em História pela UFPA);

Ana Tereza Tomiko Vicente Hidaka (graduando em História pela UFPA); e,
Paulo Sérgio de Souza Araújo (graduando em História pela UFPA);

MC 13 – A formação do Estado brasileiro

Data/local: 11 de outubro – 09:00 – sala 07 – Prédio da Arquitetura
Coordenação. Ms. **Yuri Michael Pereira Costa** (UEMA)
Participantes:
Claunísio Amorim Carvalho (graduando em História pela UFMA);
Hegle Santos Pinheiro (graduanda em História pela UFMA);
Danilo Frazão Gomes (graduando em História pela UFMA); e,
Fabio Henrique Araújo de Sousa (graduando em História pela UFMA).

MC 14 – Poderes, conflitos e sujeitos no "Norte" oitocentista

Data/Local: 11 de outubro – 09:00 – sala 08 – Prédio da Arquitetura
Coordenação: Ms. **Eliana Cristina Lopes Soares** (Colegiado de Historia da UNIFAP)
Participantes:
Eliana Cristina Lopes Soares (Colegiado de Historia da UNIFAP);
Carlos Augusto Bastos (Colegiado de Historia da UNIFAP);
Siméia de Nazaré Lopes (Colegiado de Historia da UNIFAP); e,
Lina Maria Brandão de Aras (Departamento de História/UFBA).

MC 15 – Intelectuais e política no século XX

Data/Local: 11 de outubro – 09:00 – sala 09 – Prédio da Arquitetura
Coordenação: Dr. **Théo Lobarinhas Piñeiro** (UFF)
Participantes:
Luciana Lamblet Pereira (Mestre UFF);
Mônica Piccolo Almeida (Mestre UFRJ / Doutoranda UFF);
Rafael Vaz da Motta Brandão (Mestrando UFF); e,
Tatiana Poggi Figueiredo (Mestranda UFF).

MINI CURSOS

1) Estado: matrizes conceituais

Local: Auditório da Arquitetura

Drª. **Sonia Regina de Mendonça** (UFF) & Ms. **Mônica Piccolo de Almeida** (FAETEC – RJ – doutoranda - UFF)

A matriz jusnaturalista de concepção do Estado: raízes e permanências históricas. A matriz a marxista de conceber o Estado. O Estado segundo Antonio Gramsci.

2) Balaiada: ação e reação do Estado no conflito

Local: Sala 01 – Prédio da Arquitetura

Ms. **Elizabeth Sousa Abrantes** (UEMA)

A proposta do mini-curso é apontar a ação política do Estado que contribuiu para a eclosão da revolta, destacando a política de recrutamento, a lei dos prefeitos, a exclusão política dos livres pobres, as arbitrariedades das autoridades. Por outro lado, apresenta-se a ofensiva militar e as estratégias para a repressão ao conflito e suas lideranças populares, culminando na intervenção política e militar de Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

3) Negociantes, independência e Estado imperial

Local: Sala 02 – Prédio da Arquitetura

Dr. **Théo Lobarinhas Piñeiro** (UFF) & **Saulo Santiago Bohrer** (mestrando UFF)

Discutir o papel dos Negociantes no processo de independência e na construção e consolidação do Estado Imperial Brasileiro, especialmente no período entre 1808 e 1860.

4) Estado e intelectuais no Maranhão oitocentista

Local: Sala 03 – Prédio da Arquitetura

Ms. **José Henrique de Paula Borralho** (UEMA) & Ms. **Marcelo Cheche Galves** (UEMA)

O curso objetiva pensar a atuação pública de alguns intelectuais maranhenses do século XIX, a partir dos registros que deixaram em folhetos, jornais e livros, como porta-vozes de frações de classe da sociedade ludovicense (São Luís).

5) Tempos industriais, tempos da vida: coerção e consenso na arquitetura do capitalismo

Local: Sala 04 – Prédio da Arquitetura

Dra. **Dilma Andrade de Paula** (U.F.Uberlândia)

Investigar as categorias de hegemonia, trabalho, tempo, coerção e consenso a partir de trabalhos de Antônio Gramsci e Simone Weil, objetivando, com isso, historicizar os mecanismos sutis de dominação ainda presentes em nossa sociedade

6) Marxismo e democracia

Local: Sala 05 – Prédio da Arquitetura
Dr. **Paulo Rios** (Faculdade São Luís)

Democracia: dos clássicos à modernidade. Estado e democracia. Democracia e Poder Político. A democracia burguesa. Socialismo e democracia. A "verdadeira democracia".

7) Intelectual, cultura e ação política

Local: Sala 06 – Prédio da Arquitetura
Dr. **Fábio Maza (UFS)** & Ms. **Maria Izabel Ladeira Silva**

Conceitos de Cultura. Conceito de Ação Política. Relação entre Cultura e Ação Política. A natureza do Intelectual. Intelectual e Ação Política. Intelectual e Estado Brasileiro.

8) Estado e Segurança no Brasil Império

Local: Sala 07 – Prédio da Arquitetura
Drª. **Regina Helena Martins de Faria** (UFMA)

Os Estados nacionais e o monopólio da violência física. A força armada no período colonial. O modelo de policiamento herdado de Portugal. Policiamento e segurança no Brasil Império.

9) Intelectuais, sociedade e política (Brasil, fins do XIX e inícios do XX)

Local: Sala 08 – Prédio da Arquitetura
Drª. **Magali Gouveia Engel** (FFP-UERJ)

Trata-se de estudar as relações entre os intelectuais, a sociedade e a política no Brasil das primeiras décadas republicanas, buscando refletir sobre as convergências e divergências em torno dos projetos de (re)construção da nação que marcaram o campo intelectual brasileiro da referida época.

10) Estado e transnacionalização do capitalismo

Local: Sala 09 – Prédio da Arquitetura
Drª. **Zulene Muniz Barbosa** (UEMA)

Examinar os impactos políticos – ideológicos produzidos na atual fase de transnacionalização do capitalismo sobre o Estado nacional e correlatamente analisar as potencialidades das lutas sociais no limiar do século XXI.

11) Intelectuais, burocracias e desenvolvimento no Brasil (1950-1970)

Local: Auditório da Escola de Música

Drª. **Maria Letícia Corrêa** (bolsista Fixação de Pesquisador da FAPERJ junto ao PPGH/UERJ).

Bases teóricas e historiografia sobre as relações entre intelectuais, burocracias e desenvolvimento no Brasil. O debate nacionalista no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954): perspectivas, limites, ambigüidades. O debate nacional-desenvolvimentista no governo de JK (1955-1961): Conselho do Desenvolvimento e |seb. Políticas públicas, projetos de desenvolvimento e formação do Estado no Brasil: de JK ao "milagre econômico" (1956-1970).

12) Estado e políticas de desenvolvimento na Amazônia ocidental

Local: Solar dos Vasconcellos

Dr. **Antônio Cláudio Rabello** (UFRO)

O mini-curso tem como objetivo discutir as políticas de desenvolvimento e integração implementadas entre 1960 e 1975 para a região amazônica.

RESUMO CONFERÊNCIA

Conferência de Abertura:

OS INTELECTUAIS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Dra. **Sônia Regina de Mendonça** (UFF)

A produção historiográfica brasileira, de um modo geral, opera com uma noção de Intelectual derivada do senso comum dicionarizado, o que implica em tomá-lo enquanto agente social dotado de qualidades "excepcionais", derivadas de sua formação ilustrada ou especializada. Nessa acepção, o papel atribuído aos intelectuais oscila entre aquele que formula visões da nacionalidade ou congêneres e aquele de legítimo "captador" ou "reconhecedor" dos anseios e/ou desejos do "povo". Neste registro, não apenas ratifica-se uma concepção tradicional e a-classista dos intelectuais, como também consolida-se uma representação acerca de seu papel enquanto distanciado do jogo político e dos projetos de classes sociais distintas. Meu objetivo é questionar semelhantes posturas, a partir do referencial teórico elaborado por Antonio Gramsci, para quem os intelectuais, além de derivarem diretamente das classes sociais e suas frações, desempenham papel chave na consolidação do Estado, em sua acepção ampliada.

RESUMOS MESAS REDONDAS

Mesa Redonda 01 – ESTADO E INTELECTUAIS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

MS. DÉBORA EL-JAICK ANDRADE (DOUTORANDA UFF)

Os intelectuais e as reformas do Estado Imperial: as trajetórias de Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias.

Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias foram poetas reconhecidos no século XIX pela sua ligação com Pedro II e com o círculo monárquico, consagrando-se no cânone literário e desfrutando de honrarias e amizades que lhes proporcionaram colocações no Estado Imperial em meados do século XIX. Sua dedicação aos estudos históricos e culturais no IHGB, tornaram-nos não apenas poetas ou artistas oficiais do Império, mas agentes que tomaram parte na legitimação da monarquia constitucional e no projeto hegemônico saquarema. Percebemo-nos como intelectuais orgânicos atuando ora na política, ora contribuindo para a reforma da instrução pública, das instituições culturais e de exploração do território brasileiro, com o objetivo de desenvolver plenamente a cultura no século XIX.

MS. JOSÉ HENRIQUE DE PAULA BORRALHO (UEMA – DOUTORANDO UFF)

Intelectuais, imprensa e a cidade das letras no Maranhão do século XIX.

O termo intelectual ganha sua dimensão mais circunspeta no final do século XIX com o cognominado caso Dreifuss, na França. No Brasil neste respectivo século, as ações desses agentes sociais foram fundamentais na tessitura da formação do Estado Brasileiro desde a separação política com Portugal. Na aquiescência da montagem deste aparelho chamado de Estado Brasileiro, os intelectuais participaram ativamente na consolidação da imprensa, na tipologia política do congresso, na formação do estatuto jurídico, na construção da história nacional, nas letras. No Maranhão, desde os embates em torno da capitulação da província à independência nacional, passando pela Balaiada, pela formação do cognominado Grupo Maranhense, que teve papel importante nas letras nacionais, na didatização do papel da imprensa, até a formação política da província, os intelectuais contribuíram decisivamente para a feição política e social do Maranhão neste referido século. Este trabalho discutirá a atuação de alguns intelectuais maranhenses no século XIX.

DRA. MÔNICA DE SOUZA NUNES MARTINS (UFRJ)

O Liceu de Artes e Ofícios: perspectivas para o ensino profissional no Império.

O artigo tem como objetivo mostrar os diferentes interesses envolvidos na formação do ensino de artes e ofícios no Brasil, no segundo quartel

do século XIX. Partindo do primeiro projeto enviado à Câmara dos Deputados, em 1826, quando se buscava orientar a formação profissional direcionada à manufatura, analiso as tentativas de instalação deste tipo de ensino e a formação da escola de artes e ofícios, de 1834, criada a partir da dissolução do antigo Seminário São Joaquim. O distanciamento do ensino de artes e ofícios da Academia de desenho, que se voltava então para as artes liberais, consolida-se, em 1857, com a instalação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

DRA. REGINA HELENA MARTINS FARIA (UFMA)

Um técnico em meio a literatos no Maranhão oitocentista

Um olhar sobre a atuação de Miguel Vieira Ferreira em São Luís do Maranhão, na década de 1860. De uma família de engenheiros militares, doutorou-se em Ciências Físicas e Matemáticas na Escola Militar, na Corte. Por motivos de saúde pediu baixa do serviço militar e retornou ao Maranhão em 1864, destacando-se nos debates intelectuais na capital da província até voltar para o Rio de Janeiro, poucos anos depois. Escreveu projetos, foi redator do jornal *O Artista*, diretor da Casa de Fundição da Companhia de Navegação Fluvial do Maranhão e montou uma fábrica de tijolos, entre outras atividades. Colocava-se como alguém que vê além de seu tempo e, por isso, deve auxiliar os contemporâneos a ver os melhores caminhos. Assim, debatia sobre os mais diversos assuntos, nos campos da economia, política, matemática, ética e moral. Abolicionista e republicano, foi um crítico aspérrimo dos governos imperial e provincial, vigiando e denunciando o que reprovava nos atos do legislativo e do executivo. Nos anos de 1870 abraçou o cristianismo reformado.

DR. THEO LOBARINHAS PIÑEIRO (UFF)

Um construtor do Império: Bernardo Pereira de Vasconcelos

Em 1831, Bernardo Pereira de Vasconcelos, após a abdicação do primeiro Imperador, assumiu o Ministério da Fazenda. Era então, segundo os estudiosos do período, um dos mais ferrenhos defensor do liberalismo. Seis anos depois, tornou-se titular das pastas da Justiça e do Império, já como um dos líderes do movimento regressista. Antes – depois – ocupou diversos cargos no Legislativo e na estrutura política do Império, além de tantos outros em sua Província de Minas Gerais.

O objetivo desse trabalho, parte de um projeto ainda em seu início, é analisar e discutir as idéias de Vasconcelos, suas proposições para a organização do Império, suas propostas e análises sobre a sociedade brasileira da primeira metade do século XIX, a partir dos conceitos de "intelectual orgânico", "Estado Ampliado", "bloco no poder" e "hegemonia", centrando-se principalmente nas concepções do importante político imperial sobre Estado e Propriedade.

Mesa Redonda 02 - ESTADO, INTELECTUAIS E AGRICULTURA

MS. CAROLINA RAMOS (DOUTORANDA UFF)

Sindicalismo Rural Brasileiro: projetos e atores em disputa.

O trabalho pretende analisar o processo de formação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Esta representa o sindicato oficial e de âmbito nacional dos trabalhadores rurais e foi criada em janeiro de 1964, após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural – legislação que fornecia as bases para sindicalismo rural atrelado a uma estrutura corporativista. Serão estudadas as disputas ocorridas entre organizações sociais do campo pelo controle de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e, sobretudo, pela hegemonia junto à direção da CONTAG. Especial atenção será dada os embates ocorridos entre o PCB e a Igreja Católica neste contexto, averiguando, para tanto, a ação de dois importantes atores: Lyndolpho Silva – líder comunista – e José Rotta – membro do Círculo Operário Cristão de São Paulo. Pretende-se ainda analisar os impactos sofridos pelo órgão de representação máxima dos trabalhadores rurais logo após a eclosão do golpe militar.

MS. EDISON ANTÔNIO DE SOUZA (UEMT/SINOP – DOUTORANDO UFF)

Estado brasileiro: uma análise da produção intelectual sobre a fronteira norte mato-grossense.

O objetivo desta comunicação é fazer uma crítica aos intelectuais que produziram trabalhos sobre a fronteira norte mato-grossense, comparando sobretudo, estudos advindos da Sociologia, Geografia e História Cultural. O trabalho concentra sua análise na abordagem conceitual sobre a qual esses estudos são construídos. Pretende-se refletir sobre a importância de uma nova abordagem historiográfica, privilegiando a noção de Estado Ampliado, formado pela sociedade política e sociedade civil, constituído como o lugar das relações sociais em conflito.

MS. NILTON DE ALMEIDA ARAÚJO (DOUTORANDO UFF)

Agronomia, Estado e sociedade civil na Bahia Imperial: da sociedade de agricultura, comércio e indústria da província da Bahia ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura

A Vila de São Francisco do Conde, na Bahia, foi palco de diversas iniciativas de difusão da ciência na produção agrícola durante o Império. Sede da primeira escola superior de agronomia do Brasil, a Escola Agrícola de São Bento das Lages (EASBL, 1877), lá foi criada pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA, 1859), associação de classe composta por proprietários rurais, senhores de engenho, banqueiros e negociantes do Recôncavo Baiano. São Francisco do Conde

também sediou, na primeira metade do século XIX, a Sociedade de Agricultura, Indústria e Comércio da Província da Bahia (SACIPBA, 1832), associação que publicou um periódico mensal entre 1832 e 1836. Considerando – 1) que quer a SACIPBA, quer o IIBA foram associações da sociedade civil que reuniam um segmento das classes dominantes na Província da Bahia cujo eixo consistia na modernização da produção agrícola através do emprego de conhecimentos agronômicos, tendo na criação de uma Escola de Agricultura uma de suas principais propostas, a partir do Recôncavo Baiano; 2) que ambas resultaram de iniciativas e tem sua direção mantida por seus membros; 3) que seus sócios, especialmente seus diretores, tiveram participação ativa na sociedade política no âmbito provincial e na Corte; 4) que os deslocamentos da Bahia entre a primeira e a segunda metade do século XIX no plano econômico, em que de província de primeira grandeza ingressa num processo de estagnação – o objetivo deste trabalho é realizar um trabalho comparativo entre estas associações, tanto no que diz respeito ao seu papel de aparelho privado de hegemonia, quanto no que diz respeito às formas de produção, organização e difusão da atividade científica por elas suscitada e/ou desenvolvida, a partir de uma concepção de Estado ampliado, partindo das reflexões de Antonio Gramsci.

Mesa Redonda 03 - ESTADO, INTELECTUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS (1)

DR. ANTÔNIO CLÁUDIO RABELLO (UFRO)

Intelectuais do setor mineral brasileiro: homogeneidade, demandas e ações políticas.

Gramsci afirma que cada grupo social que tem origem no mundo da produção econômica, cria para si camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência no campo econômico, no campo social e no campo político.

A partir desse conceito fundamental, buscarei analisar o papel dos intelectuais ligados ao setor da mineração brasileira, entre 1936 e 1960, na construção de seu discurso e de sua homogeneidade enquanto grupo social, levando-os a formular demandas e reivindicar políticas próprias para o setor e construir um conceito sobre a região amazônica e seu potencial mineral.

O recorte temporal está baseado na inauguração do Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia e no início da publicação de sua revista (Revista de Engenharia, Mineração e Metalurgia), em 1936, que definia como função ser *"órgão de publicidade que tivesse a função de orientar e informar aqueles cujos interesses materiais, técnicos e científicos giram em torno da indústria extrativa mineral; um órgão de debate*

sobre as questões de economia mineral e de rápida divulgação dos conhecimentos adquiridos sobre o nosso subsolo; um órgão de defesa serena e honesta daqueles que sempre lutaram pelo soerguimento da única indústria capaz de tornar uma nação independente e forte". O ano de 1960 representou a consolidação de uma das principais reivindicações do setor, a criação do Ministério das Minas e Energia e o final do governo JK, quando importantes rodovias rasgaram a "selva" Amazônia, atendendo, dentre outros, a interesses externalizados por intelectuais desse setor.

DRA. DILMA ANDRADE DE PAULA (U.F.UBERLÂNDIA)

A política de erradicação de ramais ferroviários e a ação de intelectuais no GESFRA

Durante o Regime Militar (1964-1985) houve o fortalecimento da tendência de os grupos executivos assumirem as funções que, democraticamente, envolveriam a atuação do Legislativo. Visando desarticular as influências político-partidárias e sob o argumento da eficiência e da racionalidade, novos órgãos foram criados e outros tiveram suas atribuições ampliadas. Em 1966, foi criado o Grupo Executivo para Substituição de Ferrovias e Ramais Antieconômicos – GESFRA. Tratar-se-á da composição desse grupo, do seu *modus operandi*, bem como da ação desses intelectuais no processo de naturalização da extinção de ramais e da hegemonia das rodovias no panorama dos transportes terrestres no Brasil.

DRA. MARIA LETÍCIA CORRÊA (BOLSISTA FIXAÇÃO DE PESQUISADOR DA FAPERJ JUNTO AO PPGH/UERJ).

Produzindo um discurso sobre o desenvolvimento: o papel das burocracias técnicas no início do regime militar brasileiro (1964-1967)

A comunicação discute resultados de uma pesquisa sobre a formação/atuação das burocracias técnicas no Brasil no início do regime militar e seu papel na produção do discurso sobre o *desenvolvimento econômico* e a *segurança nacional*, contribuindo para a legitimação do golpe de 1964 e da centralização institucional e política promovida pelo regime. Focaliza-se o grupo de engenheiros que conduziu a implementação da rede de agências abrangendo os diversos órgãos na órbita do Ministério das Minas e Energia e da Eletrobrás, particularmente ao longo da gestão do engenheiro Mauro Thibau no MME, no governo de Castello Branco (1964-1967), na etapa que antecedeu o chamado "milagre brasileiro". A seleção das fontes prioriza a produção intelectual dos engenheiros, em especial discursos e conferências proferidas em encontros de entidades de classe e profissionais, como o Conselho Nacional de Economia e o Clube de Engenharia, estudos e artigos de

periódicos como a *Revista Brasileira de Energia Elétrica*, da Eletrobrás, e a revista *Águas e Energia Elétrica*, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, bem como documentação oficial, como relatórios ministeriais e projetos legislativos.

DRA. MÁRCIA CHUVA (IPHAN – RJ).

A herança de Mário de Andrade: um inventário em litígio

As novas diretrizes internacionais para o campo do patrimônio cultural que ganharam forma no Brasil nos anos de 1990 levaram à constituição de dois Grupos de Trabalho pelo Ministério da Cultura com a tarefa de elaboração de uma nova legislação, que atendesse às especificidades da preservação do chamado "patrimônio imaterial". O resultado dos trabalhos se concretizou com a assinatura do Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este Programa, inicialmente vinculado diretamente ao ministério da Cultura, foi transferido em 2003 para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que absorveu então todas as atribuições relativas à preservação do patrimônio cultural de natureza imaterial, além do seu trabalho já consolidado no âmbito do patrimônio material no Brasil. Nesse momento, foi implantado um novo Regimento Interno para o IPHAN, que incorporou à sua estrutura o tradicional Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Nessa comunicação, pretende-se colocar em evidência o litigioso inventário da herança de Mário de Andrade, que veio à tona com a institucionalização da política de patrimônio imaterial no Brasil. Ainda hoje, a "herança andradiana" tem sido capaz de emprestar legitimidade a seus herdeiros, concedendo-lhes reconhecimento e prestígio para definir as regras para a identificação do chamado patrimônio imaterial, para prescrever o seu tratamento adequado, assim como para definir as políticas públicas relativas a esse novo nicho de ação da política cultural que é a preservação do patrimônio imaterial.

Para tanto, será analisada a composição dos dois Grupos de Trabalho acima referidos, considerando as transformações sofridas pela noção de patrimônio cultural, bem como o processo de incorporação pelo IPHAN desse âmbito da política cultural. Paralelamente, será abordada a correlação entre a participação peculiar de Mario de Andrade e a constituição da sua "herança", cuja consagração é permanentemente atualizada por aqueles que almejam tornarem-se seus legítimos herdeiros, capitalizando para si o prestígio alcançado pelo intelectual, cuja morte em 1945 eternizou.

Mesa Redonda 04 – ESTADO, INTELECTUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS (2)

DRA. GISELE DOS REIS CRUZ (UFF)

Gestão Pública Democrática: o papel da cultura política na reconfiguração do Estado

A sociedade brasileira vem experimentando novas formas de gestão pública, baseadas na divisão de responsabilidades entre governo e sociedade no processo de elaboração e implantação de políticas públicas. Configura-se, então, uma nova relação entre Estado e sociedade, baseada na construção de um novo espaço público, onde demandas sociais são discutidas e elaboradas. O meu trabalho aborda o Fórum de Desenvolvimento Local do município de Paraty no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir o real potencial dessas experiências participativas para democratizar as relações de poder. Esta temática tem sido abordada por diferentes primas. Uma parte dos estudiosos analisa essas práticas participativas através da dimensão institucional, relacionada às instâncias do Estado e ao tipo de adesão do poder público à parceria entre governo e sociedade. Outros estudos focam esse tema a partir da lógica societal, enfocando a dinâmica participativa em si. A minha análise parte da lógica societal, com ênfase nos aspecto sociais e culturais do processo participativo. A partir de um estudo empírico realizado em Paraty/RJ, pude constatar que a reengenharia política e institucional direcionada para a construção de novas relações de poder depara-se com fatores de ordem cultural, cognitiva e social que tendem a influenciar o comportamento político dos indivíduos envolvidos nessas experiências, definindo seus resultados. Assim, a adesão ou não às ações coletivas é influenciada pela cultura política presente na sociedade, definida a partir do conceito de eficácia política, expressa sob dois aspectos: a forma como o indivíduo se percebe enquanto ator político, capaz ou não de tomar decisões; e a forma como percebe o sistema político, passível ou não de ser mudado através do envolvimento direto nos assuntos públicos.

DRA. ILSE GOMES SILVA (UFMA)

As idéias do poder e o poder das idéias

No plano de estudo que Gramsci desenvolve a partir de 1929 se destaca a questão dos intelectuais, nomeadamente a função dos intelectuais italianos até o século XVIII, vinculando esse estudo à necessidade também de aprofundar o conceito de Estado. Considerava que a compreensão do papel dos intelectuais enquanto organizadores do consenso implicava em um estudo sobre as condições de desenvolvimento do capitalismo. Situá-los estruturalmente contribui para identificar as funções que exercem na sociedade. No Brasil, muitos intelectuais se aliaram ou participaram das entidades contestadoras e de resistência à Ditadura Militar. Entretanto, com a instalação do regime

democrático no país, vários intelectuais assumiram cargos importantes na esfera governamental, dentre eles o que mais se destacou, pelo cargo que ocupou foi Fernando Henrique Cardoso, presidente da República por dois mandatos. Essa exposição pretende apresentar a participação dos intelectuais nas transformações do cenário político e econômico do Brasil, nas duas últimas décadas do século XX. Dentre os intelectuais, destacamos o papel de Fernando Henrique Cardoso, então presidente da República, como principal protagonista da Reforma do Aparelho de Estado em 1995, a partir da qual as políticas públicas no Brasil assumem a natureza neoliberal.

Dr. PAULO RIOS (Faculdade São Luís)

O paradoxo constituinte

Para compreender o processo de elaboração da Constituição de 1988, cheia de princípios e supostamente garantidora de direitos, faz-se indispensável situar o seu contexto histórico. Por conseguinte, deve-se analisar a relação entre o centro e a periferia do capitalismo mundial, em suas múltiplas determinações, para entender o aparente descompasso entre a crise estrutural do capitalismo central em meados dos anos 70 e a ascensão de novos sujeitos históricos e importantes conquistas sociais no contexto da realidade social brasileira desse mesmo período.

A saída da crise deu-se pela ascensão da ideologia neoliberal: redução da intervenção e da participação do Estado na economia e transferência da regulação para o mercado. Este processo levou ao aumento dos conflitos e das contradições entre as classes dominantes e subalternas.

Neste contexto, a Constituição Federal tem recebido críticas, principalmente a de não estar sintonizada com a realidade mundial e brasileira contemporâneas e de ser fonte indutora de desequilíbrios que agravam a crise do Estado, especialmente o déficit público, tornando-se, desta forma, “ingovernável”. Transcorrido uma década e meia da sua festejada promulgação, seu “corpo” doutrinário encontra-se mutilado, seus princípios de justiça social e democracia foram postos de lado.

Na contramão dos princípios de justiça social elencados na Constituição, o caminho seguido tem sido o de enveredar pela reforma do texto constitucional, sob a alegação de que este é inaplicável, numa mera repetição do discurso da ingovernabilidade, inclusive do atual governo petista, eleito com bandeiras contrárias às que implementam no poder.

Passados estes dezenove anos, cabe-nos analisar o aparente paradoxo que representou a conquista de vários dispositivos legais essenciais para o exercício da cidadania, os quais, em sua maioria, ainda carecem de efetividade, posto que sem regulamentação até o presente momento, ou então, vítimas da voracidade das contra-reformas neoliberais. Reformas estas que estão em curso no Brasil desde a Era Collor, passando por Itamar Franco, aprofundadas na Era FHC e lapidadas ainda mais neste

principiante governo petista de Lula da Silva, José Sarney, ACM, Jader Barbalho e tantos outros ilustres personagens da *real politik* nacional.

MS. RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS (PESQUISADOR DA CASA DE OSWALDO CRUZ - DOUTORANDO UFF)

O Jeca Tatu e o Branqueamento do Brasil

Este texto analisa a construção do Jeca Tatu, tendo como cenário o pensamento social brasileiro. Uma análise das representações sociais e literárias sobre o país, destacando um aspecto ausente na literatura acadêmica: a investigação das condições históricas de produção do pensamento social e político. Portanto, sem articulação da identidade cultural com a criação dos tipos sociológicos, que em vários momentos, foram "retratos" desta identidade, como Macunaíma, Policarpo Quaresma e outros.

Consideramos que a contribuição deste trabalho consiste em investigar a participação dos membros do movimento sanitarista na adoção de idéias e práticas de educação higiênica e, ao mesmo tempo, nas interpretações sobre a sociedade brasileira. Em outras palavras, julgamos relevante apresentar um estudo que relacione as imagens simbólicas da obra de Monteiro Lobato (1882-1948) às políticas públicas de saúde e educação. Em suma, este trabalho é um ensaio sobre este personagem. Nascido como um símbolo do trabalhador rural, em artigo escrito por Lobato ao jornal "O Estado de São Paulo" em 1914, Jeca tornou-se sinônimo de homem do campo. Sua presença em campanhas de educação higiênica, especialmente as direcionadas ao controle das endemias rurais, ajudou a popularizar os cuidados com a higiene individual e a saúde pública nas primeiras décadas do século XX.

Caricatura do camponês brasileiro, o Jeca é um dos mais conhecidos personagens de nossa cultura. De indolente à vítima da doença, sua trajetória está relacionada ao papel conferido às políticas publicas no desenvolvimento econômico e social do país. Trata-se de uma das mais fortes representações sociais da identidade brasileira, em que se articula o retrato pobre e doente da sociedade, especialmente dos trabalhadores rurais, personagens presentes na literatura brasileira, à regeneração e salvação do povo por meio da ação do Estado.

Mesa Redonda 05 - ESTADO, INTELECTUAIS E HISTORIOGRAFIA

MS. ADROALDO JOSÉ SILVA ALMEIDA (UFMA)

Análise do livro *Reflexões acerca do Progresso Material da Província do Maranhão (1866)* de Miguel Vieira Ferreira.

Proponho um debate acerca do livro *Reflexões acerca do Progresso Material da Província do Maranhão*, publicado em 1866, de autoria de

Miguel Vieira Ferreira. Este intelectual maranhense fez questão de impor sinais distintivos entre progresso e atraso, civilidade e selvageria. Nem o atraso, nem tampouco a selvageria eram para ele elementos inerentes à Província do Maranhão. Pelo contrário, o Maranhão era essencialmente rico; isto é, sua natureza, aspectos geográficos e climáticos contribuiriam para o seu natural desenvolvimento. As ausências que comprometiam esse desenvolvimento eram o capital financeiro e o capital moral, dependentes, respectivamente, de vontade política e de uma disciplina para o trabalho. Pretendo, a partir da leitura de seu livro, provocar uma discussão sobre os conflitos e disputas em meio aos campos de poder político e intelectual na província do Maranhão e, em especial, a proposta de Miguel Vieira Ferreira para a transformação daquela sociedade.

DRA. ELIANA T. DOS REIS (UFRGS).

***Envolvimento* e *distanciamento*: obstáculos e procedimentos para a análise dos processos de afirmação "política" e "intelectual" de militantes da "luta contra a ditadura".**

A comunicação se ampara nos resultados obtidos com o desenvolvimento de uma pesquisa acerca dos processos de reconfiguração das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Foram examinados os repertórios de mobilização, os espaços de inserção, os perfis e as trajetórias de agentes que estrearam seu militantismo e engajamento nos movimentos de contestação ao "regime militar" e, posteriormente, conquistaram posições diversificadas em diferentes domínios sociais, notadamente, "intelectuais" e "políticos". Com base neste universo, dois eixos de análise são privilegiados para a discussão ora proposta. No primeiro, são focalizados basicamente dois níveis de obstáculos que se impõe a estudos desse tipo: um que se refere à influência dos "personagens" e "eventos" investigados na afirmação das ciências humanas e sociais no Brasil e o outro nível que concerne ao caráter de "heroicização" que costuma envolver os protagonistas e o período. No segundo, a ênfase recai sobre os principais critérios de hierarquização dos agentes, interferindo nas posições e posicionamentos dos mesmos ao longo dos seus itinerários, fundados na detenção do duplo e indissociável reconhecimento "intelectual" e "político".

DR. FABIO MAZA (UFS)

História dos intelectuais.

Embora nenhuma época prescinda da figura do intelectual - que assumiu diversos nomes no tempo: sábio, filósofo, homem de letra, literato, etc. – nossa preocupação é entender o intelectual em seu sentido público inaugurado a partir do caso Dreyfus. Para tanto se faz necessário o

estudo de intelectuais como Zola, que esteve à frente na defesa do capitão Dreyfus, mas também autores com Julian Benda, que pensava o intelectual como defensor de valores universais, tais como justiça e verdade; Ortega y Gasset que percebia o intelectual como educador das massas; Mannheim que o entendia como grupo que estava acima das contendas das classes sociais ou Gramsci com seu intelectual orgânico; passando por noções do intelectual engajado de Sartre e pela relação da política e os intelectuais expressa na obra de Bobbio. Essa *démarche* apresenta-se necessária para entendermos a natureza do intelectual hoje, visto por alguns como uma vedete midiática, descuidando-se da principal virtude que o caracterizaria como intelectual: o senso crítico.

MS. WASHINGTON TOURINHO JR. (UFMA)

Intelectual e pós-modernidade: por uma outra militância.

Partindo da análise de autores como H. Bhabha, Boaventura Santos, Stuart Hall e Edward Said, pretende-se traçar as novas formas de observação do intelectual e do seu trabalho, imersos nas novas formas de pensar o social. Tendo como ponto de partida a obra de H. Bhabha postula-se a idéia do novo engajamento do intelectual, que, segundo Boaventura Santos teria como forma de posicionar-se a adoção de uma postura autocrítica, não mais centrada na velha trilogia indivíduo, razão e progresso, tal como foi proposto pela dinâmica centralizante européia, mas um intelectual situado nas mais diversas localidades, difuso em sua multiplicidade interpretativa que, segundo Stuart Hall, proporciona a valorização dos espaços locais e a "quebra" das visões dominantes que atuam no sentido de "perpetuar" "modus vivendi" impostos e naturalizados como ideais, referenciadores de todo um sentido de vida.

Mesa Redonda 06 - ESTADO, INTELECTUAIS E IMPRENSA

MS. CÁSSIA LOURO PALHA (DOUTORANDA UFF)

A Rede Globo e o seu Repórter.

O trabalho apresenta a história do programa telejornalístico da Rede Globo, Globo Repórter, resgatando ainda que panoramicamente, seus sujeitos e sua linha de programação. Com a autoridade de representar – como no próprio nome - o "repórter" da emissora, o programa que teve início em 1973, diferentemente do caráter oficialista do Jornal Nacional, foi idealizado dentro de uma perspectiva de maior "autonomia" - ainda que de liberdade vigiada - por um grupo de cineastas que vinham de uma declarada militância política de esquerda. Com equipes exclusivas e uma real flexibilidade de tempo na preparação/direcionamento de documentários de cunho autoral, que podiam ser antecipadamente programados com temáticas específicas, o Globo Repórter teve, em seus

primeiros anos, uma trajetória marcante de busca pela "fala do povo". Uma história que teve seu revés de forma/conteúdo a partir dos anos 1980, através de uma geografia particular de poderes atrelados ao papel que as Organizações Globo, após vinte anos de parceria com a ditadura militar, passaram a ter na arena política aberta com a redemocratização.

DRA. MAGALI GOUVEIA ENGEL (FFP-UERJ)

O debate em torno da saúde e da educação no jornal *O Imparcial*: os intelectuais em busca de um Povo (1916-1917).

Esta comunicação apresenta alguns resultados preliminares da pesquisa intitulada "Sonhos de um Brasil letrado e saudável: os intelectuais em busca de um Povo (1915-1922)", onde busco analisar as concepções que deslocaram a ênfase da desqualificação do povo brasileiro da inferioridade racial para a ausência de instrução e de saúde, que adquiriram maior visibilidade e espaço no campo científico e literário a partir de meados dos anos 1910. Para esta nova percepção contribuíram de forma decisiva as idéias e as ações que passaram a questionar as interpretações do país completamente dissociadas da realidade brasileira. Um aspecto fundamental do intenso debate intelectual gerado pelos novos enfoques da questão nacional emergentes é que estes geraram campanhas que se desdobraram em ações efetivas de intervenção sobre a realidade e ocuparam um lugar profundamente significativo na imprensa, publicizando os diálogos e os confrontos entre diferentes segmentos da intelectualidade coeva para além dos muros das academias e dos congressos científicos. Interessa-me aqui especialmente identificar e refletir sobre as repercussões das idéias de Belisário Penna (1868-1939), expressas nos artigos publicados no *Correio da Manhã* entre novembro de 1916 e janeiro de 1917, onde foram divulgados os resultados da expedição científica que liderou juntamente com Artur Neiva (1880-1943). Para tanto são analisados os artigos e crônicas publicados no importante, mas pouco conhecido, jornal carioca *O Imparcial*, onde atuaram importantes nomes da intelectualidade da época, tais como Alcides Maya (1878-1944), Coelho Netto (1864-1934), Humberto de Campos (1886-1934), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Osório Duque-Estrada (1870-1927), Elysio de Carvalho (1880-1925), João Ribeiro (1860-1934), José Veríssimo (1857-1916) e Alberto Torres (1865-1917).

MS. MARCELO CHECHE GALVES (UEMA – DOUTORANDO UFF)

Manoel Paixão dos Santos Zacheo: Projetos do novo código civil e criminal do Império do Brasil (1825)

No ano de 1825, o bacharel maranhense Manoel Paixão dos Santos Zacheo encaminhou a D. Pedro I e ao "Soberano Congresso Nacional",

que então se organizava, uma proposta de Código Civil e Criminal para o novo país. Figura conhecida no debate político provincial, Zacheo fugiu do Maranhão em agosto de 1821, após ter sua prisão ordenada em decorrência de um documento que encaminhou ao Soberano Congresso (Lisboa) com severas críticas a Bernardo da Silveira, governador do Maranhão. Refugiado, Zacheo publicou diversos folhetos em Portugal, sob a alcunha de "Epaminondas Americano", ocupado em regulamentar questões que considerava chave para o novo governo constitucional português: liberdade de imprensa, processos de formação de culpa e escravidão, temas aparentemente desconexos, mas que conformavam uma certa concepção das relações de Estado que deveriam vigorar após a Revolução do Porto. Findo o processo de separação das províncias em relação a Portugal e tendo início a construção de novas relações, inseridas na órbita de um novo Estado, que gradativamente, se constituía, Zacheo desenvolveu/adaptou propostas anteriormente defendidas em seus folhetos, fazendo-as chegar ao "Imperador Constitucional".

MS. MONICA PICCOLO ALMEIDA (FAETEC - RJ - DOUTORANDA UFF)

José Guilherme Merquior e Fernando Collor de Mello: O Moderno Liberalismo Social

O início dos anos noventa, no Brasil, foram profundamente marcados pelos embates em torno da consolidação do discurso e das práticas políticas que postulavam o ideário neoliberal como saída única para a então crise que o país atravessava. Nesse contexto, assumem grande relevância os escritos de José Guilherme Merquior. Diplomata, filósofo, sociólogo, membro, desde 1982, da Academia Brasileira de Letras e bacharel em Direito, Merquior foi um ácido crítico do marxismo, considerando-o superado como proposta teórica, da social democracia - cuja derrota frente ao moderno liberalismo explicou como conseqüência da revolta do mundo contra o estatismo econômico -, e um fervoroso defensor do moderno liberalismo social, cujo significado não restringia-se a apenas menos Estado, mas sobretudo mais liberdade.

O estudo que aqui se apresenta terá como objeto de investigação não apenas as principais proposições de Merquior sobre o liberalismo. Também irá centrar-se na análise das possíveis relações entre tais proposições e os pronunciamentos de Fernando Collor durante seu governo (1990-1992).

O corpus documental do trabalho será composto pelos discursos do então Presidente, seus artigos publicados no jornal Folha de São Paulo no ano de 1992 e as obras de Merquior, principalmente "O Liberalismo Antigo e Moderno" e "O Argumento Liberal".

Mesa Redonda 07 – ESTADO, INTELECTUAIS E PENSAMENTO AUTORITÁRIO

DRA. JOANA A. COUTINHO (UFMA)

ONGs, intelectuais e pensamento autoritário no Estado brasileiro.

Esse pequeno ensaio tem a pretensão de abordar a hegemonia do pensamento único, na era neoliberal no Brasil. Neomarxistas e pós-marxistas passam a defender sem muitas delongas a implantação de políticas neoliberais. Muitos deles se tornam gerentes de ONGs e não escondem o desencantamento com a possibilidade de transformação social que rompa com a ordem capitalista. Ao contrário, qualquer outro pensamento teórico é visto como jurássico, ultrapassado.

DRA. MÁRCIA REGINA DA SILVA RAMOS CARNEIRO (ISAT)

A busca incessante pelo Sigma: o integralismo no século XXI

Nos inícios do Século XX, um movimento de características fascistas surpreendeu o cenário político nacional tornando-se o maior partido de massa da década de 1930, a Ação Integralista Brasileira. Para que possamos entender as motivações dos anônimos militantes das primeiras décadas do século XX e a tentativa de alguns jovens em dar ao pensamento integralista na atualidade a marca da eternidade é preciso levar em conta a dimensão cultural que permeia as escolhas sociais. Nos seus estudos sobre o fascismo italiano, vitimado pelo regime que se dedicou a analisar do cárcere, Antonio Gramsci aponta as intercessões dos acontecimentos ocorridos na Itália no âmbito da política e economia com as respostas culturais do povo italiano às questões que afloravam. Antes de apontar deterministicamente alguns fatores, Gramsci relacionou-os dialeticamente em suas múltiplas e intercambiáveis influências. Neste sentido, esta análise procurará indicar a confluência dos diversos fatores que alçaram à dimensão de importância histórica o integralismo. Este é entendido como um movimento do qual participaram brasileiros e brasileiras que encontraram sentido nas suas propostas e apostaram seus futuros na construção de uma utopia sob o lema “Deus, Pátria e Família” e que permanece servindo na atualidade como parâmetro para construção de organização de grupos da direita no Brasil.

DRA. NATALIA REIS (UNIVERSO)

O neo-integralismo: ideologia e memória

Este trabalho aborda o neo-integralismo, movimento que abarca os atuais seguidores da doutrina integralista preconizada por Plínio Salgado e demais líderes na década de 30, no Brasil. Os membros deste movimento tentam reativar as idéias, concepções de mundo e de

organização da sociedade e do Estado do antigo movimento integralista, enfatizando a hierarquia, a desigualdade e os preconceitos raciais e sociais, amparados nos valores morais e cristãos. Nos textos neo-integralistas, é visível a reedição das antigas propostas e posturas defendidas na década de 30, como a democracia orgânica (concepção de Estado orgânico), o anti-imperialismo, o anticomunismo e o nacionalismo exacerbado, bem como o anti-semitismo e a crítica ao sistema político liberal. O racismo neo-integralista é herdeiro da ideologia racista do integralismo dos anos 30, cujos princípios o atual movimento procura resgatar em seus discursos. O conceito de nação, nos discursos do movimento, exprime, entre outras coisas, a idéia de uma sociedade homogênea, do ponto de vista cultural e racial.

DRA. ZULENE MUNIZ BARBOSA (UEMA – NEIL/PUC-SP)

Hegemonia neoliberal e passivização das lutas sociais

Analisa-se a luz da teoria gramsciana de transformação social, o neoliberalismo como ideologia dominante da nossa época e que se impõe como fonte única de sociabilidade. Para pensar, junto com Gramsci, trata-se de uma ideologia da maturidade da burguesia a partir da qual tem que se situar todas as demais visões de mundo. Examina-se os impactos desta ofensiva na recomposição da hegemonia burguesa a partir da crise iniciada no final dos anos 1970. Problematiza-se que aspectos desta ideologia podem ser desvendados, considerando as políticas de Estado e o papel que desempenham na atual fase de transnacionalização do capitalismo. Destaca-se de um lado, as dificuldade dos Estados nacionais que, ao ser chamado para intervir nas relações capital / trabalho enfrenta enormes dificuldades para assegurar, num contexto de exclusão social, todos os agentes de uma formação social como cidadãos e do outro, a resistência dos dominados, que respondem ofensivamente, através das suas lutas sociais ás investidas da atual reestruturação produtiva produzindo uma consciência no sentido da construção de uma contra - hegemonia considerando cada realidade nacional regional. Finalmente, discute-se o papel dos intelectuais, notadamente, os impactos que as ideologias do "fim" tiveram para que estes batessem em "retirada," recuando de posições marxistas para outras mais "realistas".

RESUMOS

MESAS COORDENDAS

MC 01 – IMIGRAÇÃO JAPONESA NO PARÁ ANALISADA PELA HISTÓRIA CULTURAL

RESUMO

Os trabalhos a serem apresentados nesta mesa abordarão a questão da imigração nipônica sob o prisma metodológico da História Cultural. Debateremos sobre a construção de imagens dos japoneses no Brasil durante o período da 2ª Guerra Mundial analisando desde folhetos de cordel a documentos oficiais; além de falar sobre a formação de uma nova identidade cultural desses imigrantes no Pará, com enfoque especial na região denominada Santa Izabel do Pará. Tudo isso na tentativa de entender os aspectos culturais do assunto, tão desmerecidos anteriormente em favor de uma análise mais econômica da imigração japonesa no Brasil como um todo, e na Amazônia em particular.

OS JAPONESES NOS FOLHETOS DE CORDEL DO PARÁ NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Geraldo Magella de Menezes Neto (graduando em História pela UFPA)

A pesquisa pretende analisar a imagem dos japoneses nos folhetos de cordel do Pará durante a 2ª Guerra Mundial. O cordel é um folheto com poemas rimados que trata de temas diversos, sendo um meio importante das camadas populares tomarem conhecimento das notícias. Durante a 2ª Guerra os folhetos faziam referência tanto a acontecimentos internacionais, quanto a internos, sobretudo às ações dos denominados "súditos do Eixo" no Brasil. Nesse contexto, os folhetos de cordel vão transmitir ao público uma imagem depreciativa do Eixo, especialmente dos japoneses, que tinham uma grande colônia de imigrantes no Pará. Os cordéis tinham grande circulação e seu conteúdo influenciava a opinião pública em relação aos japoneses.

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO PARÁ E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DOS IMIGRANTES JAPONESES

Alfredo Jorge Hesse Garcia Neto (graduando em História pela UFPA)

Este projeto tem como objetivo a pesquisa acerca da imigração japonesa no Pará, particularmente se concentrando na variação das construções de percepção do "outro", isto é, de como se constrói a idéia do imigrante japonês como contribuinte benéfico da nação, para logo em seguida tratá-lo como o "perigo amarelo", durante o período de 1935, considerado o final do auge da imigração de japoneses no Brasil, a 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Pretende-se, com esta pesquisa, entender todo o imaginário social sobre o imigrante japonês no referido contexto, tanto pelo lado positivo como pelo negativo, bem como analisar os efeitos que tais construções causaram no dia-a-dia do imigrante japonês.

OS JAPONESES DE SANTA ISABEL DO PARÁ E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE CULTURAL

Luis Carlos Lima dos Reis (graduando em História pela UFPA)

Este projeto trata de elucidar como a comunidade japonesa no município de Santa Izabel do Pará foi formando e construindo uma identidade cultural nipo-brasileira. Tal enfoque é inovador pelo fato de tirar a atenção do eixo Tomé Açú, onde boa parte da historiografia produzida sobre o tema até então se concentrava. O trabalho vai perpassar por questões relevantes sobre a comunidade nipônica em Santa Izabel, evidenciando as trocas e experiências culturais de mão dupla, construindo ao longo do tempo uma nova identidade cultural sem, contudo perder de vista as "velhas tradições" praticadas na mãe pátria, o Japão.

MC 02 – MUSEU, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

RESUMO

Pautada nas novas perspectivas da historiografia acerca do debate em torno da memória, a mesa propõe discutir questões relacionadas às formas de representação do passado nos mais diversos âmbitos, analisando de que forma instituições como museus, irmandades religiosas, sociedades intelectuais, oralidade ou mesmo a própria historiografia, constroem as suas interpretações sobre o tempo vivido.

JUNTAR, SEPARAR E MOSTRAR: **o ensino de História no Museu do Ceará (1932- 1972)**

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira (mestranda em História Social pela UFC)
Orientador: Dr. **Francisco Régis Lopes Ramos**

Os Museus Históricos no Brasil surgem como conseqüência das festividades de comemoração do Centenário da Independência do Brasil em 1922. Esses rituais cívicos promovidos pelo Estado tinham a finalidade de agregar o povo em torno de um objetivo único, o desenvolvimento da nação. O Museu Histórico torna-se o lugar ideal para a conscientização da sociedade quanto a sua importância em colaborar para o engrandecimento do país. Nossa pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória do Museu do Ceará, analisando as formas de exposição de seu acervo, refletindo sobre a função atribuída a ele como lugar de instrução pública, onde as exposições aparecem com a função de construir suas interpretações sobre o passado.

OS ZIGUES-ZAGUES DA MEMÓRIA SOBRE O TREM: a construção de memórias orais sobre a estrada de ferro no Crato.

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez (mestranda em História Social pela UFC, bolsista Funcap)
Orientadora: Drª. **Kenia Sousa Rios**

A incursão do trem através da Estrada de Ferro de Baturité, no sertão cearense, finalizou-se em 1926, com a inauguração da última estação da linha ferroviária, na cidade de Crato/CE. A máquina férrea, em sua chegada, inaugurou uma nova dinâmica de percepções e sentimentos, e, por isso, ficou registrada nas lembranças de muitos. No entanto, nestas recordações as viagens têm uma atenção maior. Pois os narradores consultados estão sempre se remetendo a grandes ou pequenos deslocamentos, acontecimentos nos vagões durante as excursões, de suas idas e vindas. Percebemos, então, que recordar o trem é, para eles, recordar o corpo em movimento. Assim, é fundamental interpretar como os narradores contam suas memórias e constroem enredos para expressar suas percepções e as mudanças que estas tiveram a partir do encontro com a ferrovia.

MEMÓRIAS DE MULHERES: a Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro do Norte/CE (1930-1950)

Maria Lucélia de Andrade (mestranda em História Social pela UFC; bolsista CAPES)
Orientadora: Drª. **Adelaide Gonçalves**

O silêncio que envolve a História das mulheres vem sendo rompido. Marginalizadas, a história das mulheres foi sendo registrada, na maioria das vezes, apenas na memória destas. Suas experiências vão sendo repassadas às gerações futuras nos relatos de avós, mães e tias que assumem o papel de narradoras de sua própria história e de seu próprio tempo. A Pia União das Filhas de Maria, grupo formado por jovens mulheres solteiras, marcou a história de Limoeiro do Norte/CE, entre as décadas de 1930 e 1950, período em que tiveram uma forte atuação política e social no Município. Esta pesquisa versa sobre essas mulheres, de como suas memórias, coletadas através de entrevistas, e dos documentos por elas produzidos, nos permitem analisar sua atuação, descobrindo suas formas de resistir e burlar os rígidos códigos morais aos quais estavam submetidas.

BASTIDORES DA HISTORIOGRAFIA: diálogos epistolares entre João Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo

Paula Virgínia Pinheiro Batista (mestranda em História Social pela UFC)
Orientador: Dr. **Francisco Régis Lopes Ramos**

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a dinâmica da leitura e da escrita da História expressa na correspondência trocada entre os historiadores Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo. Pensar na História da cultura letrada e escrita no Brasil, levando em consideração a correspondência de dois autores fundamentais para a historiografia brasileira como Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo, entrevendo suas leituras e práticas de escrita, nos permite novas interpretações e reflexões a partir dos registros de experiências sociais, sejam pessoais ou profissionais, destes historiadores. Além dessa pesquisa, nos possibilitar analisar as formas de produção e representação dos discursos e práticas historiográficas no início do século XX no Brasil.

MC 03 – O ESTADO NACIONAL E A CONSTRUÇÃO DO IDEAL CIVILIZADOR PARA OS INTELECTUAIS NO SÉCULO XIX

RESUMO

Esta mesa coordenada tem como proposta compreender o século XIX como momento de discussão e construção de um ideal civilizador a partir da visão de homens que tomaram para si a tarefa de pensar os rumos do Estado nacional. Desde modo, objetiva-se analisar a idéia de Estado presente nos discursos de Odorico Mendes, a estruturação deste Estado em consonância com as disputas entre as elites locais e poder central, bem como o ideal civilizador presente no discurso defendido por médicos e literatos que pensaram o espaço urbano e as relações sociais neste período no Maranhão.

A NAÇÃO PENSADA POR ODORICO MENDES EM "O ARGOS DA LEI"

Roni César Andrade de Araújo (mestrando em História pela UFPB; bolsista FAPEMA)

Entre janeiro e julho de 1825, circulou na Província do Maranhão o periódico "O Argos da Lei", pertencente ao poeta, jornalista e político Odorico Mendes. De caráter panfletário e escrito com muita paixão, "O Argos", fruto de convicções dos tempos de mocidade, é um exemplo típico de jornalismo feito no século XIX, quando os ânimos acirrados pelos eventos ligados à independência do Brasil ainda se faziam presentes na relações entre brasileiros e portugueses. A exemplo de outros tantos letrados que atuaram na imprensa nacional, Odorico assumiu a responsabilidade de apresentar aos leitores, através de temas típicos do pensamento liberal, como Constituição, Povo Soberano, Democracia, Liberdade, o que para ele deveria nortear os rumos do Brasil na afirmação de seu *status* de Estado Nacional.

INDEPENDÊNCIA, PODERES LOCAIS E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Edyene Moraes dos Santos (mestrando em História pela UFPB)

A organização de um Estado Nacional pós-independência vinculou-se à reorganização das elites nacionais em torno das novas estruturas administrativas o qual o poder central procurou implementar nas primeiras décadas pós-22. No Maranhão, a participação de setores da elite colocava em destaque não apenas a rivalidade política e ideológica entre portugueses e nacionais, mas situava também em campos opostos a jurisdição do Estado recém emancipado diante dos poderes locais. As disputas em torno da centralização/ descentralização do poder, assim como o monopólio do Estado diante da liberdade privada foram a tônica dos debates a partir do vácuo de poder estabelecido pela Independência, evidenciando o nascimento de um Estado em constante confronto com as elites locais.

“UM HERÓI CIVILIZADOR”: o “intelectual” médico e a propagação do higienismo em São Luís no século XIX

Agostinho Hollanda Coe (mestrando em História pela UFC)

Discutiremos a construção do discurso médico no século XIX em São Luís, que começa a pensar a cidade moderna a partir de padrões científicos. O progresso urbano deveria vir através da higiene, que havia colocado como uma de suas prioridades a reorganização do espaço citadino a partir de argumentos médicos. A importância adquirida pela medicina oitocentista em São Luís tinha como um dos seus principais objetivos a melhoria da higiene na cidade buscando evitar a propagação e perpetuação de surtos epidêmicos. Segundo os médicos da capital, o caráter insalubre do espaço urbano ludovicense era fator primordial no aparecimento de diversas doenças endêmicas e epidêmicas.

ALUÍSIO AZEVEDO E O ENGAJAMENTO LITERÁRIO NO MARANHÃO

Leudjane Michelle Viegas Diniz (mestranda em História pela UFU)

A proposta desse trabalho é discutir, a partir da figura de Aluízio Azevedo, como “intelectuais” de fins do século XIX, impregnados pelas idéias positivistas, entendiam o engajamento dos homens de letras como fundamental para a missão civilizadora a que se propunham. A retórica positivista invadiu diferentes áreas do saber. Do discurso médico ao literário quem não estivesse embasado cientificamente, perderia o respaldo de seus pares. Neste contexto, a linguagem literária representou não só a possibilidade de divulgação dos modelos científicos, como também um veículo de crítica à decadente sociedade imperial, em uma linguagem mais coloquial. Aluísio Azevedo, com a publicação da obra “O Mulato”, fez uso dessas discussões para tecer uma forte crítica a sociedade maranhense.

MC 04 – A BAHIA EM MOVIMENTO – ESTADO, PODER E RELIGIÃO: a organização e atuação de grupos populares e religiosos

RESUMO

A presente mesa coordenada possui por objetivo debater a atuação de movimentos comunitários, políticos e religiosos em diferentes épocas no estado baiano, no intento de perceber relações de poder entre o Estado e esses movimentos nos séculos XIX e XX. Discutiremos, assim, o papel do Estado na repressão das revoltas indígenas de Pedra Branca (região central da Bahia), no período imperial. Analisaremos, ainda, o processo de organização do movimento de luta pela moradia Baixa do Marotinho em Salvador, inspirado pela Teologia da Libertação; a conflitante relação entre o político e o religioso na Assembléia de Deus de Feira de Santana; bem como a formação teológica, em meio a cultura baiana, de jovens do Seminário Batista.

"CABILDA DE FASCINOROSOS MORADORES": uma reflexão sobre os levantes de índios da Pedra Branca no século XIX

André de Almeida Rego (mestrando em História Social pela UFBA)

As décadas de 1840 e 1850 assistiram a um recrudescimento das revoltas dos índios kiriri-sapuiá da aldeia de Pedra Branca (situada na região central da Bahia). Se, por um lado, estes levantes são excelentes veículos para expressão dos interesses dos índios e dos demais revoltosos, por outro, constituem-se numa lanterna que derrama luzes sobre a forma como o estado exercia seu poder de coação. É desta forma que, em meio a tantas explosões, os documentos consentâneos acabam por revelar aspectos importantes sobre a relação do estado com os índios, as diversas modalidades de exercício e de negociação de autoridade, além da visão de vários membros da burocracia imperial sobre temas como aldeamento, processo de civilização, modernização e política de terras.

BAIXA DO MAROTINHO: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976)

Gisele Oliveira de Lima (Mestranda em História Social pela UFBA)

Nas décadas de 1960 e 1970, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) recebeu grandes investimentos do governo estadual e federal para construção de um complexo industrial. Esse projeto intensificou o crescimento rápido e desordenado da cidade de Salvador. Nesse contexto, surgiu a luta pela moradia na Baixa do Marotinho, movimento que era localizado na periferia da capital baiana, composto por pessoas pobres, em sua grande maioria analfabetos. O processo organizativo do Movimento Marotinho teve a participação de membros da Igreja, que comungavam do pensamento da Teologia da Libertação, juntamente com militantes de partidos e organizações de esquerda que auxiliaram na formação e na combatividade da luta dos "marotinhos".

PROTESTANTISMO EM FEIRA DE SANTANA – 1950-1970

Zózimo Antônio Passos Trabuco (mestrando em História Social pela UFBA)

Este artigo discute o desenvolvimento do protestantismo histórico entre 1950 a 1970 em Feira de Santana. Iniciamos o trabalho descrevendo a formação da Igreja Evangélica Unida, assim denominada por congregar inicialmente protestantes oriundos de diferentes denominações e que contava com núcleos presbiterianos e batistas que formariam posteriormente suas próprias igrejas locais. Em seguida, analisaremos as iniciativas do Instituto Bíblico Batista do Nordeste (IBBNE) para integrar os (as) seminaristas no mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes, bem como as diferentes visões sobre o trabalho criado pelos protestantes a partir de suas diferentes intervenções.

A ASSEMBLÉIA DE DEUS ENTRE O RELIGIOSO E O POLÍTICO – 1972-1990

Igor José Trabuco da Silva (mestrando em História Social pela UFBA; especialista em História da Bahia pala UEFS)

Este trabalho visa discutir a presença do grupo religioso da Assembléia de Deus em Feira de Santana e as estratégias utilizadas pela denominação religiosa quanto à participação no poder político. A Assembléia de Deus em Feira de Santana, cidade baiana, em um primeiro momento, privilegiava as benesses e concessões de políticos, em escala local e nacional. Em um segundo momento, passa a ter um contato maior na vida política partidária, com a eleição de membros de seu círculo religioso, como forma de garantir os interesses do grupo. A presença na vida política partidária alia-se a práticas assistencialistas, sobretudo de barganha junto aos poderes políticos. O período de análise está compreendido entre os anos de 1972 a 1990.

MC 05 – GRAMSCI E O "PRÍNCIPE COLETIVO"

RESUMO

A análise em tópicos do pensamento gramsciano, referentes às noções de Estado e suas principais envergaduras, pautam-se na orientação marxista desse teórico. Numa primeira abordagem, revê-se a interpretação que o autor moderno faz da imagem do "príncipe" renascentista e a adequação desta concepção a seu contexto. Gramsci utilizou-se do panorama histórico italiano, a partir da revisão do pensamento maquiaveliano, para propor sua concepção de partido político. Nessa perspectiva, enfoca-se a desconstrução do conceito de Estado em Maquiavel, transpondo-o para o contexto da modernidade.

GRAMSCI: uma moderna leitura de Maquiavel
Glauber Augusto da Costa Coelho (graduando em História pela UEMA)
Diante da necessidade de um representante para o Estado nascente, o filósofo político florentino elabora um discurso pragmático-explicativo a fim de legitimar a figura do monarca como um ser essencial para a unificação italiana e a manutenção do poder. A releitura proposta por Gramsci, diante da concepção maquiaveliana de Estado, levanta novas possibilidades, adequadas agora ao contexto da modernidade. Num quadro de intensa transformação política e social, o fundador do PCI (Partido Comunista Italiano) aponta, pelo caminho do socialismo, a solução para a unificação do país – o comunismo.

MODERNO PRÍNCIPE OU PRÍNCIPE MODERNO?
Uslan Júnior de Sousa Mesquita (graduando em História pela UEMA)
Busca-se nessa discussão socializar os questionamentos e indagações acerca das múltiplas facetas da noção de Estado. Maquiavel sintetiza ideologicamente a figura do monarca como reflexo da mentalidade ibérica, ou seja, um Estado personalizado pela imagem de um "Príncipe". Posteriormente, na visão gramsciana, que o coloca em termos modernos, essa noção é ampliada a um "ente

coletivo". É nesse ponto que a idéia de partido político surge como alternativa à aparente hegemonia elaborada pela burguesia em uma Itália fragmentada.

O PARTIDO POLÍTICO EM GRAMSCI

Emanoelle Lyra Jardim (graduando em História pela UEMA)

A reflexão filosófica de Gramsci nos permite observar que a construção de um partido político, na Itália do século XX, era vista como uma possível saída para reverter a fragmentação política, econômica e social que assolava o país nesse período. A idéia de poder coletivo tornou-se atraente, visto que o não predomínio de um ideal particularista, que representou o regime monárquico, era mais adequado ao momento histórico. A sua corrente teórica baseia-se na "práxis" marxista que o leva a (re)pensar a realidade em termos materialistas. Gramsci, ao definir o papel do intelectual como elemento central do pensamento sistematizado, possibilita-nos compreender a lógica da organização do partido.

MC 06 – INTELECTUAIS E POLÍTICA NO SÉCULO XIX

RESUMO

O objetivo desta Mesa é congregar trabalhos, produtos de pesquisas em andamento, que apresentem estudos sobre a relação entre Intelectuais e Política, no século XIX, a partir da maneira pela qual esses intelectuais pensaram temas como o Estado e movimentos políticos.

JOSÉ CÂNDIDO DE MORAIS E SILVA – O "FAROL": atuação política nos debates e lutas do pós-independência no Maranhão (1827-1831)

Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA / Doutoranda UFF)

O contexto do pós-Independência na Província do Maranhão foi marcado pela instabilidade política, com as lutas pelo poder sendo travadas no seio das famílias poderosas da região do Golfão Maranhense e nas várias tentativas de alijamento político dos portugueses. O debate político do momento gravitava em torno de questões como a defesa do regime monárquico constitucional, direitos políticos dos cidadãos, liberdade política, respeito às leis, crítica aos abusos das autoridades, liberdade de imprensa. A imprensa maranhense canalizou esse debate e tornou-se uma tribuna para os grupos políticos defenderem suas idéias e atacarem seus adversários. Um dos jornais de maior destaque desse período foi o"Farol Maranhense", sob a direção do redator José Cândido de Morais e Silva, cuja atuação nessa conjuntura política deu-se de maneira expressiva, tanto através da defesa dos princípios constitucionais e críticas aos abusos das autoridades, como na liderança de um movimento anti-lusitano conhecido como Setembrada. Na opinião de o "Farol" (nome pelo qual ficou conhecido esse jornalista), a disputa política desse momento se resumia na oposição entre "os verdadeiros constitucionais contra os infames corcundas", e nessa perspectiva pautará sua

intervenção nos debates políticos do período, fornecendo elementos importantes para a análise dos limites e impasses da atuação dos liberais maranhenses nessa fase crucial de construção da nova ordem política.

UM CRONISTA NA CORTE: José Maria da Silva Paranhos e as estratégias de ascensão social no II Reinado (1850-1851)
Brenda Coelho Fonseca (Mestranda UFRJ)
Minha proposta é mostrar como as crônicas publicadas anonimamente no *Jornal do Commercio* por José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, durante os anos de 1850 e 1851, intituladas *Ao amigo ausente*, serviram de estratégia para sua ascensão social e política no Império. As crônicas, em forma de cartas, narravam a vida da Corte brasileira na década de maiores transformações para o II Reinado. Nelas, Paranhos versava sobre assuntos como economia, política interna e externa, modernização, progresso material, industrialização, vida social, literatura, entre outros. Ressaltando a grande preocupação com o crescimento do Brasil, incluiu nas propostas de suas cartas todos os problemas materiais mais importantes discutidos na imprensa e tratados na tribuna do Parlamento.

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ: entre os dedos e os anéis
Saulo Santiago Bohrer (Mestrando UFF)
A comunicação tem como abordagem a trajetória de Diogo Feijó como deputado e depois Ministro da Justiça, apontando suas discussões na defesa das reformas na organização do Judiciário no Brasil, na década de 30 do século XIX.
O *paper* utiliza alguns de seus discursos sobre as questões relativas à organização dos tribunais, comércio de escravos e sobre o próprio tráfico, perpassando sua localização nas lutas travadas no panorama da política do Período Regencial.
Retratamos, portanto, sua contribuição na tentativa de constituir uma nova hegemonia capaz de fornecer direção aos projetos de Estado e permitir a formação de uma coesão interna à classe dominante e, mesmo, a proposição de um novo acordo político, embora não bem sucedido imediatamente.

MC 07 – MEMÓRIA, HISTÓRIA, NARRATIVA: poder e política

RESUMO

Trata de diferentes abordagens teórico-metodológicas sobre os conceitos de História, memória e política. Aponta possibilidades de uso desses conceitos na pesquisa histórica, dando exemplos de temáticas em andamento (trajetórias de ex-combatentes, de estudantes e de parlamentares religiosos) da base de pesquisa “Memória e Narrativa: espaços da História”.

O NARRADOR, A MEMÓRIA E A NARRATIVA COMO DISPUTA DE PODER NA CONSTRUÇÃO DA FONTE HISTÓRICA

Drª. **Maria da Conceição Fraga** (Departamento e pós-graduação em História da UFRN)

Trata das contribuições teóricas de três autores clássicos que contribuem para os estudos do uso de fontes orais na pesquisa histórica: Walter Benjamim, Maurice Halbwachs e Paul Thompson. O primeiro parte da noção de narrador para identificar a importância do depoente na construção da fonte histórica. O segundo contribui com a reflexão sobre a memória individual e coletiva na construção da memória histórica. O último chama a atenção para a necessidade do uso da fonte oral como complemento às demais fontes na construção da pesquisa histórica. Tais teorias constituem – se hoje uma passagem indispensável para aqueles que estudam Memória e Narrativas como Espaços da História.

EX-COMBATENTES POTIGUARES: memória em disputa

Ranielle Cavalcante de Macedo (mestrando em História pela UFRN)

Trata das lembranças dos ex-combatentes potiguares, protagonistas da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Objetiva reconstruir o cenário do sertão potiguar na década de 1940, trabalhar as mudanças repentinas de espaços em decorrência da convocação para a Guerra e a reintegração desses homens na sociedade potiguar desde o fim da Guerra até os dias atuais. Parte do conceito de Memória em Halbwachs, usa a história oral como metodologia, com o fim de recompor as narrativas e interpretar os depoimentos coletados, além da utilização de documentos, fotos, mapas e toda espécie de fontes que nos possibilite reconstruir a trajetória de vida desses homens.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E A LUTA PELO PODER: a participação feminina no movimento estudantil potiguar nos anos de 1980

Adriana Cristina da Silva Patrício (mestranda em História pela UFRN)

Trata da participação feminina no Movimento Estudantil potiguar nos anos de 1980. Privilegia a análise sobre os conflitos das estudantes em suas vivências entre o Espaço Público e o Privado. Parte do conceito de Espaço Público em Hannah Arendt para reconstruir a Memória (Halbwachs) e a História (Le Goff) desses protagonistas. Usa como fonte histórica, além da pesquisa bibliográfica, a coleta de matérias realizadas pelos estudantes em suas entidades, em jornais e revistas e através de depoimentos orais produzidos antes e durante a pesquisa.

RELIGIÃO, INTELECTUAIS E POLÍTICA

Renato Marinho Brandão Santos (graduando em História pela UFRN, bolsista PIBIC/ CNPq)

Trata de uma polêmica ocorrida no cenário político do Rio Grande do Norte, a qual envolveu os nomes dos então deputados estaduais Joacy Pascoal e Luiz Almir em discussões sobre a “parada gay”. Com esse estudo de caso, temos como objetivo analisar como o discurso religioso, marcado pela defesa de uma ética e

moralidade, se comporta no campo da política. Para tal, trabalhamos com os conceitos de política, religião, intelectual e memória, buscando apoio em autores como Max Weber, Émile Durkheim, Maurice Halbwachs, Gramsci, Michel Pollack, Pierre Bordieu, entre outros. Usa como fontes de pesquisa recortes de jornais, revistas e fontes orais.

MC 08 – DIREITA E ESQUERDA EM QUATRO TEMPOS: abordagens sobre o nazismo, neo-integralismo e socialismo no Brasil e no mundo

RESUMO

A mesa reunirá trabalhos que apresentarão algumas reflexões sobre a extrema-direita, a esquerda e o papel dos intelectuais e da cultura na legitimação e manutenção do poder. Para tanto, serão apresentados dois trabalhos sobre a direita, a saber, o nazismo e o neo-integralismo no Brasil e dois trabalhos com abordagens distintas sobre o socialismo. O primeiro abordará o cinema estatal soviético e o segundo a construção da hegemonia na Revolução Cubana. A partir destes trabalhos a comunicação se propõe a identificar alguns dos mecanismos da construção de consenso social utilizados por pólos opostos do poder em tempos diferenciados da história do século XX.

EXTREMA DIREITA E QUESTÃO NACIONAL: o nazismo no Brasil dos anos 30

Drª. **Nara Maria Carlos de Santana** (bolsista ProDoc da Faculdade de Serviço Social da UFJF)

O presente trabalho pretende analisar como no início dos anos 30 o nazismo irá se institucionalizar no Brasil, formalizando a sua atuação no país com a fundação da "Ausland Organization" (AO - Organização no Exterior) e do "Nationalsozialistiche Deutsche Arbeiterpartei" (NSDAP - Partido Operário Nacional-Socialista Alemão), no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Destaca, ainda, que apesar da simpatia de alguns dos membros do governo brasileiro pelo regime nazista o momento era de definição do Projeto Nacional, elaborado por intelectuais/ideólogos do regime de Getúlio, o que resultou no conflito entre o nacional-socialismo alemão e o governo Vargas.

NEO-INTEGRALISMO, ANTI-SIONISMO E A RELATIVIZAÇÃO DO HOLOCAUSTO

Drª. **Natalia dos Reis Cruz** (professora do curso de Historia na UNIVERSO)

O presente trabalho aborda o discurso do movimento neo-integralista sobre o anti-sionismo e a relativização do Holocausto, temas estes que se encontram profundamente interligados no referido discurso. Será enfatizada a crítica da ideologia sionista feita pelos neo-integralistas, mostrando que ela desconsidera a história do movimento sionista, com o propósito de conferir um determinismo racial ao movimento. A desconsideração para com a história do sionismo leva à

ocultação das diferenças sociais no seio do povo judeu e do caráter inicial do movimento sionista, que tinha uma base de classe, e não nacional. Quanto ao holocausto, levar-se-á em conta que os neo-integralistas constroem a sua memória sobre o extermínio, utilizando-a como uma arma ideológica contra os judeus, sendo o anti-semitismo o motor da produção da memória neo-integralista acerca do holocausto.

OS INTELECTUAIS E O CINEMA REVOLUCIONÁRIO SOVIÉTICO

Ms. **Gissele Viana Carvalho** (professora do curso de Historia na UNIVERSO)

O objetivo desse trabalho é analisar a escola soviética de cinema político através dos cineastas Sergei Eisenstein e Dziga Vertov e seu primado da câmara-olho. Com a criação de uma escola de cinema estatal em 1919, surge os "intelectuais da revolução", cineastas com propostas de uma arte revolucionária, na forma e conteúdo. Esses cineastas/intelectuais, ao organizar a realidade por meio do olho câmara também transforma a realidade criando um consenso sobre a visão de mundo que legitima o Estado Soviético. Neste sentido, se a cultura é um elemento homogeneizador das diferenças sociais, a produção cinematográfica soviética pode ser entendida como um instrumento ideológico na construção do socialismo, cabendo a esses "intelectuais da revolução" um papel fundamental nesse processo.

NACIONALISTAS E SOCIALISTAS: a construção da hegemonia pós-revolução cubana

Msc. **Pomeia Genaio** (coordenadora do curso de História da UNIVERSO)

O nosso objetivo é analisar a construção da hegemonia nos primeiros anos da Revolução Cubana. A Revolução foi de caráter nacionalista, tendência que se atribui às lutas iniciadas em meados do século XIX. Abordaremos como o novo Estado, em poucos anos, incorporou e construiu ideologia de ordem socialista, que para a grande maioria dos revolucionários era algo fora de discussão. E, por fim, analisaremos o que significou essa incorporação para os principais intelectuais do Partido Popular Socialista.

MC 09 – O COMÉRCIO POPULAR NA BELÉM DA *"BELLE EPOQUE"*

RESUMO

No contexto do enriquecimento advindo da economia gomífera na região amazônica, uma serie de políticas publicas serão implementadas com o objetivo de sanear, embelezar e modernizar o centro urbano de Belém. Soma-se a isso a evidente a preocupação com a mudança de habito da população. O espaço comercial popular se tornaria um grande campo de conflito com intendência municipal preocupada em direcionar as camadas mais pobres, seguindo uma lógica de padronização e higienização. O objetivo desta comunicação é promover uma

discussão em torno da idéia de progresso sugerida pela intendência, que ia além do aspecto material, objetivando promover também uma mudança na mentalidade da população local, revestida pela idéia de salubridade e higienização.

OS MERCADOS MUNICIPAIS E A INTENDÊNCIA
Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves (graduando em História pela UFPA)
Com um grande centro comercial, constituído desde seu período colonial, Belém apresentava um variado complexo de mercados municipais. Dentre eles destacavam-se o mercado do Ver-o-Peso e o mercado Municipal, conhecido também como mercado Bolonha. Estes mercados passaram por grande reestruturação no inicio do século XX. Ganharam rica e detalhada estrutura em ferro inglesa, impregnada com todos os conceitos de higiene conhecidos no momento. Este trabalho busca perceber como se deu essa modernização de espaços de uso popular, cheio de antigas tradições e costumes populares que agora se digladiavam com as novas políticas públicas.

O COMERCIO AMBULANTE NAS RUAS DE BELÉM
Lucicleide Lima Monteiro (graduanda em História pela UFPA)
Amparados em leis municipais formuladas, principalmente, com o objetivo de direcionar as camadas mais pobres mediante uma lógica de padronização e higienização, a intendência municipal deu especial atenção ao comércio. Trabalhando com o sistema de concessões, a intendência municipal selecionava empresas para gerenciar as determinadas atividades de sua responsabilidade. Uma dessas se tornou responsável pela construção de veículos e quiosques utilizados para o comercio popular regulamentando a vida dos carroceiros. Esse trabalho busca perceber como se deu o processo de controle do comercio popular ambulante e como se deu a reação destes às ações da intendência.

OS "MERCADINHOS" PARTICULARES E A INTENDÊNCIA
Letícia Paula de Souza (graduanda em História pela UFPA)
Seguindo a mesma lógica de padronização e higienização, os mercadinhos particulares, representavam o ideal da administração. Todos os incentivos eram dados pela intendência para incentivar a abertura de negócios deste ramo, por os mesmos representarem o ideal de salubridade e modernização. Esse trabalho terá como objetivo perceber primeiramente: como e quais negócios eram incentivados? Como se davam esses incentivos? Quais os reais objetivos da intendência neste ramo de negócio?

MC 10 – PODER, POLÍTICA, MATERIAL DIDÁTICO E MODELO EDUCACIONAL EXCLUDENTE: final do séc. XIX e continuidade contemporânea

RESUMO

Objetiva-se discutir o modelo hegemônico de educação no final do século XIX e início do XX, baseado nos valores da cultura dominante de caráter eurocêntrico da recente República, e suas continuidades. Nesse sentido, são discutidas a concepção e política educacional que embasou tal modelo orientado por critérios raciológicos pelas autoridades e intelectuais com objetivo de modernização; a materialização deste modelo nos manuais didáticos, os quais reiteraram a utilização de tais teorias no meio educacional; e, por fim, a continuidade hodierna deste modelo educacional hegemônico que se reflete em uma prática de ensino, formação de professores e materiais didáticos que não abordam a diversidade da sociedade brasileira, trazendo como conseqüências a exclusão e marginalização dos elementos não-hegemônicos desta sociedade.

INTELECTUAIS E AUTORIDADES NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ (1890-1920): política educacional e teorias raciológicas

Felipe Tavares de Moraes (graduando em História pela UFPA)

O Brasil do século XIX é objeto de grandes transformações em suas estruturas sociais como a Abolição e República, que se estruturou na economia cafeeira, oligárquica e liberal excludente. A Amazônia, especificamente Belém, vive neste contexto o fausto da *Belle Époque*. Quanto às idéias, a classe dominante (intelectuais e autoridades) nacional e regional procura formular um projeto político que esteja de acordo com paradigma da modernidade européia (orientada por teorias raciológicas), que tem na reforma da educação (instrução pública) um instrumento de reprodução de seus ideais de ordem e progresso. Assim, pretende-se analisar a existência de conteúdos raciológicos na concepção e política educacional que se formulou com a construção da República no Pará, no seu esforço de modernização por meio da educação.

MATERIAIS DIDÁTICOS E O "PROBLEMA BRASILEIRO": reflexos das discussões sobre o futuro do país na educação

Rafaela Paiva Costa (graduando em História pela UFPA)

O contexto da Primeira República é o momento de maior influência das teorias evolucionistas européias. O Brasil, já desfavorecido por seu passado escravista tão recente, amargava o histórico de miscigenação condenado pelo modelo civilizacional europeu, que primava pela "pureza racial". Em seu esforço de adequar a realidade brasileira aos padrões progressistas vigentes, intensificaram-se as discussões sobre o que se convencionou chamar de "problema brasileiro", buscando formas de fugir das previsões funestas que se fazia dentro e fora do país. Pretende-se analisar como essas discussões sobre os rumos da nação se materializaram no cotidiano escolar, por meio dos materiais didáticos das séries iniciais, entendendo-se a escola como agente de propagação e legitimação do modelo hegemônico dos grupos dominantes.

A CONTINUIDADE DO MODELO HEGEMÔNICO EDUCACIONAL BRASILEIRO: representações e preconceitos

Drª. **Wilma de Nazaré Baía Coelho** (Departamento de História da UFPA e UFAM)

O modelo educacional hegemônico que se construiu na virada do século XIX pro XX teve como característica principal a exclusão dos elementos da realidade brasileira incompatíveis com o seu caráter eurocêntrico (branco, heterossexual, masculino, etc.); o que se refletiu nos aspectos práticos do ensino, formação de professores como intelectual com efetiva influência na elaboração e uso de materiais didáticos, os quais não representavam – e ainda não representam – a diversidade da realidade multicultural brasileira. Esta herança resulta na exclusão e marginalização dos elementos não-hegemônicos da sociedade brasileira, como o afrodescendente, que não se vêem representados nessa instituição. Este trabalho envereda para essas questões da atualidade no que se refere à prática pedagógica e a reprodução por meio dela de preconceitos e discriminações que figuram no modelo educacional dominante.

MC 11 – ESTADO, INTELECTUAIS E QUESTÃO INDÍGENA NO PARÁ – SÉC. XIX

RESUMO

Este trabalho se propõe a compreender a política pública do Estado Imperial, relativa as populações indígenas, por meio da promulgação do Regulamento das missões de 1845. Nesse viés de análise, a província do Pará entra no século XIX como espaço de ressonância dessa política nos discursos dos intelectuais. A intelectualidade que pensa a questão indígena na Amazônia Imperial, de maneira geral, entende que as Diretorias dos índios se constituem em uma medida positiva para o processo de civilização dessas populações. No entanto, nesses discursos, a corrupção dos Diretores de aldeias aparece como um impedimento ao cumprimento do Regulamento das missões.

PERMANÊNCIAS E DESCONTINUIDADES: os intelectuais paraenses do Império e a política indigenista colonial – idealizações.

Dr. Mauro Cezar Coelho (Departamento de História da Universidade Federal do Pará)

Por diversas vezes, a política indigenista colonial foi objeto de discussões e debates travados por intelectuais paraenses do século XIX. A experiência do Diretório dos Índios, política implementada no âmbito da gestão pombalina, foi muitas vezes considerada: alguns a assumiam como exemplo da ambição do Estado, outros a tomavam como estrutura modelar de incorporação das populações indígenas à sociedade nacional. Pensar o lugar que o Diretório dos Índios ocupou nas discussões políticas do XIX é refletir sobre as expectativas formuladas em relação

às populações indígenas e sobre os parâmetros que subsidiariam a construção de estratégias para o estabelecimento de relações com aquelas populações.

OS LITERATOS E A POLÍTICA INDIGENISTA NA AMAZÔNIA

Eveline Almeida de Sousa (graduanda em História pela UFPA)

Os literatos do século XIX estão em consonância com as idéias do cientificismo e do naturalismo, como teorias para entender o homem e a natureza, principalmente no campo das ciências sociais e naturais. No âmbito da política, a principal referência era o Liberalismo, os intelectuais do oitocentos estavam preocupados com o progresso, a modernidade e os rumos da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, a Amazônia chamava a atenção por ser considerada uma região primitiva, onde os ecos da civilização quase inexistiam, principalmente em função dos habitantes – índios e descendentes. O objetivo do trabalho é perceber o conteúdo do discurso intelectual em relação às populações indígenas em uma sociedade que buscava a modernidade.

O DISCURSO DA IMPRENSA SOBRE O REGIMENTO DE 1845

Patrícia Raiol (graduanda em História pela UFPA)

A imprensa, durante o Império, estava preocupada em divulgar as idéias de seus editores, que eram muitas vezes políticos, homens da elite, associados com literatos e homens de ciência. Via de regra, os periódicos e as revistas constituíam espaços de manifestação de ideologias e interesses políticos. No Pará, a imprensa permanecia muita ligada ao Estado, aos assuntos oficiais do Império. A questão a ser analisada versa sobre a relação havida entre a imprensa e o Estado, no que tange às políticas indigenista – espaço profícuo para a análise de subordinações e descompassos entre Estado e Intelectuais.

A ELITE ESCREVEU SEU ENUNCIADO

Diogo Soares Camelo (graduando em História pela UFPA)

Partindo do estudo sobre a questão indígena no Pará do século XIX, este trabalho busca analisar o discurso da elite política sobre o Regulamento das Missões de 1845. Toma-se como espaço de circulação desses enunciados a Província do Pará. Tal análise, em primeiro lugar, tratará dos conceitos de discurso e classe para a análise do referido Regulamento. Em segundo, equacionará o papel dos agentes históricos relacionados ao referido aparato legislativo. Por fim, apresenta a concepção dessa elite com relação ao indígena, tomando as contradições dessa política quanto a sua ineficiência na aplicação, justificada na concepção de civilização.

MC 12 – O BRASIL É O "PAÍS DO FUTEBOL": o futebol e suas relações de poder através da política

RESUMO

O futebol tem uma importância significativa na sociedade brasileira, tanto que o Brasil é conhecido como o "país do futebol", e é levando em consideração essa importância que a mesa vai se propor a discutir a interligação existente entre política e futebol. Tentaremos mostrar de que forma os políticos usam o futebol para a construção de uma boa imagem do país. Levando essa discussão para o âmbito regional, tentaremos analisar como os políticos paraenses se utilizam do futebol como uma estratégia para exercerem poder político, para conseguirem votos e assim terem a sua inserção no cenário político paraense nos últimos 20 anos, tomando como análise o que fora produzido pela imprensa paraense nesse período.

O FUTEBOL COMO VÁLVULA DE ESCAPE DA POLÍTICA BRASILEIRA
Hortência Keize dos Santos Araújo (graduando em História pela UFPA)
Apesar de não haver teses que comprovem a ligação entre política e futebol, podemos perceber que muitas vezes a diplomacia brasileira se utiliza do futebol para difundir a imagem do Brasil no exterior. A partir desta perspectiva, discutiremos como o sucesso nos gramados serviu para a construção de uma identidade nacional, mostrando que as vitórias ou derrotas da seleção brasileira parecem fundidas com a situação econômica e política do país. Tentarei expor a história do Brasil, misturada a "história da bola" e a ligação tênue existente entre política e futebol.

A POLÍTICA E SUAS INFLUÊNCIAS NO FUTEBOL PARAENSE (1985-2007)
Ana Tereza Tomiko Vicente Hidaka (graduando em História pela UFPA)
No âmbito regional, tentaremos analisar como os políticos paraenses se apropriam da discussão futebolística para produzir uma imagem de aproximação com o povo. Conseqüentemente demonstrar certa ingenuidade por parte de muitos eleitores que dificilmente analisaram as propostas e perspectivas políticas do candidato, mas associam o jogador ou dirigente a trajetória esportiva na expectativa da vida política ser um reflexo das "glórias" alcançadas no futebol e acreditando que o futuro eleito possibilitaria favorecimento para o seu time.

PAIXÃO E SUSTENTAÇÃO DO FUTEBOL PARAENSE
Paulo Sérgio de Souza Araújo (graduando em História pela UFPA)
Ainda no espaço regional, discutiremos a forte ligação dos paraenses com o futebol, focalizando os torcedores de Remo e Paysandu, que se envolvem em uma acirrada rivalidade, criando certa ideologia capaz de o torcedor almejar a derrota do rival diante de qualquer outro time – inclusive times estrangeiros – o que se popularizou como "secar" o clube adversário. Nesta paixão pelo futebol, muitas instituições privadas tornam-se mediadores para certa aproximação dos times com a população. Instituições estas, que incentivam os investimentos nos clubes, através de seus próprios produtos.

MC 13 – A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

RESUMO

A mesa tem por tema maior a demarcação e reflexão de alguns aspectos para se pensar a formação do Estado brasileiro no Império, abordando as instituições de poder oficiais como: o Conselho de Estado, o Juiz de Paz, o processo eleitoral, todas estas previstas na Constituição de 1824; e situações de como a "intromissão" do Estado nas relações privadas de senhores e escravos a partir da criação dos Códigos Penal e Civil brasileiros.

O JUIZADO DE PAZ E SEUS PODERES (1827-1842)

Claunísio Amorim Carvalho (graduando em História pela UFMA)

Este trabalho visa apresentar o contexto histórico em que foi implantada a instituição do Juizado de Paz no Estado brasileiro, assim como suas atribuições nas primeiras décadas do Império. Tendo como ponto referencial a legislação da época e a representação feita pelo comediógrafo carioca Luiz Carlos Martins Afonso Pena (1815-1848) na peça "Juiz de Paz na Roça", acerca desta instância de poder.

O CONSELHO DE ESTADO NO BRASIL IMPERIAL

Hegle Santos Pinheiro (graduanda em História pela UFMA)

O Conselho de Estado, durante o período do Império brasileiro, fora uma instância de poder deveras importante, pois foi quem esteve, como o órgão burocrático, mais perto do poder do Imperador. Este trabalho tem por objetivo maior justamente tentar realçar alguns contornos desta instituição, assim como a sua instauração no Brasil, sua composição, sua semelhança com os demais Conselhos de Estado europeus, sua referência conservadora e por fim, e mais importante, sua importância administrativa e no cenário político brasileiro, ou seja, no que compete ao seu papel no projeto de país que estava a se formar.

A INTROMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA RELAÇÃO SENHOR E ESCRAVO

Danilo Frazão Gomes (graduando em História pela UFMA)

Um aspecto de fundamental importância da escravidão durante o período imperial foi o fato da crescente intromissão do Estado brasileiro, ao longo do século XIX, nas relações entre senhores e escravos. Cabe ressaltar que,o Estado brasileiro começa a ser gestado durante as três primeiras décadas do já referido século, apresentando em meados do mesmo uma configuração mais sólida, mantendo algumas instituições. A escravidão, enquanto instituição do período colonial que permaneceu com todo vigor durante o período imperial, necessitou freqüentemente de instituições que a mantinham, entre elas, como forma de ratificar o poder senhorial, estava o próprio Estado. O alvo desta apresentação será a relação que o Estado brasileiro mantinha com o poder senhorial no que se refere às punições, que deveriam ser adotadas em relação aos crimes praticados

por escravos e como agiam parte destes senhores de escravos na aplicação das punições, como também durante o transcurso do processo criminal contra determinado escravo.

SISTEMA ELEITORAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1824 COMO LEGITIMADOR DE UMA ORDEM POLÍTICA

Fabio Henrique Araujo de Sousa (graduando em História pela UFMA)

Verificar-se-á as regras constitucionais que formam o sistema de eleições em si na Constituição de 1824, sem desvinculá-lo, no entanto, das articulações e interesses políticos que fluem neste ambiente e que fazem do sistema eleitoral constitucional não um fim em si mesmo, mas um instrumento para práticas sociais (eleitorais).

MC 14 – PODERES, CONFLITOS E SUJEITOS NO "NORTE" OITOCENTISTA

RESUMO

Os trabalhos nesta mesa coordenada analisam as relações entre Estado e sociedade na Amazônia. O recorte cronológico inicia-se com a crise dos poderes coloniais em fins do XVIII, encerrando-se com a consolidação do Estado Imperial em meados do XIX. A primeira comunicação aborda as mudanças e os conflitos sociais no Marajó na passagem do século XVIII para o XIX, a segunda discute as ações do Estado para as fronteiras nas décadas de 1840 a 1860, enquanto que a terceira trata das regulamentações provinciais para o comércio no Grão-Pará do pós-Cabanagem. Com isso, objetiva-se não apenas analisar as políticas adotadas pelos poderes sediados na região, mas também compreender a dinâmica envolvendo Estado e sujeitos sociais na Amazônia.

TRABALHO, AUTONOMIA E CONFLITO NO MARAJÓ (XVIII-XIX)

Ms. **Eliana Cristina Lopes Soares** (Colegiado de Historia da UNIFAP)

Na passagem do século XVIII para o XIX, a ilha do Marajó vivenciou mudanças sócio-econômicas que geraram concentração fundiária, avanço da pecuária e aumento do número de trabalhadores agregados. Além dessa mão-de-obra, no entanto, existia um grande número de "desviantes", sujeitos que viviam do furto e contrabando de gado, persistindo ainda uma economia camponesa. Com base na documentação coletada no Arquivo Público do Estado do Pará, nesta comunicação será abordada a gênese de tais formas de trabalho no Marajó entre fins do XVIII e início do XIX, buscando-se entender as estratégias de autonomia desses sujeitos em um contexto marcado por conflitos sociais e políticos.

UM ESPAÇO A SER VIGIADO: ações do Estado nas fronteiras do Grão-Pará (1840-1860)

Ms. **Carlos Augusto Bastos** (Colegiado de Historia da UNIFAP)

Nesta comunicação serão analisadas algumas ações de autoridades do Grão-Pará para conhecer e controlar as fronteiras da província entre as décadas de 1840 a 1860. Tal período, posterior à Cabanagem, foi marcado pela adoção de medidas pelo Estado visando ordenar a sociedade e o espaço locais. Em relação ao controle do espaço, as autoridades compreendiam-no como essencial para manter sob vigilância áreas fronteiriças por onde circulavam comerciantes ilegais, fugitivos da justiça, escravos e estrangeiros. Com base em ofícios e relatórios da época, serão discutidos os objetivos e o alcance de ações como a implantação de colônias militares e negociações diplomáticas com países vizinhos.

ESTADO PROVINCIAL E CONTROLE SOBRE OS AGENTES DO COMÉRCIO NO GRÃO-PARÁ DO PÓS-CABANAGEM

Ms. **Siméia de Nazaré Lopes** (Colegiado de Historia da UNIFAP)

Na fase pós-Cabanagem (1840 a 1860), o governo do Grão-Pará buscou arrecadar receita para recompor as finanças públicas abaladas pelas lutas sociais. Para tanto, exigiu uma disciplina de mercado que privilegiasse as firmas comerciais registradas pela Coletoria das Rendas, inibindo o comércio clandestino praticado pelos regatões. As estratégias para burlar a Coletoria das Rendas ocorriam em função das aviltantes taxas impostas aos comerciantes. Neste trabalho, serão discutidas as formas de controle social sobre as relações comerciais na província. As fontes coletadas (códices e ofícios) permitem discutir as ações dos poderes provinciais para tentar disciplinar os agentes do comércio na sociedade paraense do século XIX.

POLÍTICA, COR E OCUPAÇÃO. BAHIA (1830-1834)

Lina Maria Brandão de Aras (Departamento de História/UFBA)

O objetivo da presente comunicação é discutir a articulação entre propostas políticas, cor e ocupação profissional na Bahia da década de trinta, tomando como objeto de análise os envolvidos nas rebeldias políticas ocorridas nesse momento. As revoltas políticas, em seus diversos matizes, evidenciaram as insatisfações dos diversos setores sociais, ao tempo em que, agregou diferentes indivíduos em torno das propostas federalistas disseminadas no período. A partir de processos crime e correspondência diversa, discutiremos as motivações que cada grupo social buscou ao se envolver nas revoltas efetivadas no período.

MC 15 – INTELECTUAIS E POLÍTICA NO SÉCULO XX

RESUMO

O objetivo desta Mesa é congregar trabalhos, produtos de pesquisas em andamento, que apresentem estudos sobre a relação entre Intelectuais e Política, no século XX, a partir da maneira pela qual esses intelectuais pensaram temas como o Estado e movimentos políticos.

INTELECTUAIS E AÇÃO POLÍTICA NA ÓTICA DE GEORGE ORWELL

Ms. **Luciana Lamblet Pereira** (Mestre – UFF)

Filho de um alto funcionário da Marinha inglesa, Eric Arthur Blair nasceu em 1903 na Índia, mesmo local onde dezenove anos mais tarde retornaria como membro da Polícia Imperial Britânica. Os horrores resultantes da política imperial da Grã-Bretanha assistidos pelo jovem de origem abastada fazem com que ele deserte e volte para a Europa. Além de renunciar à Polícia Imperial, abdicou a sua fortuna e o próprio nome, adotando o pseudônimo de George Orwell.

Orwell passa a conviver com operários, trabalhar em fábricas, escrever sobre as desigualdades e a opressão, dar aulas para os pobres, aproximando-se também do socialismo, cuja relação foi permeada por duas grandes questões. A primeira dizia respeito às críticas desferidas aos escritores contemporâneos que, em tese, mostravam-se revolucionários, mas na prática adotavam uma vida tipicamente burguesa. A segunda refere-se as críticas promovidas pelo autor aos partidos comunistas que adotaram os ditames de Moscou. Contrário a qualquer tipo de autoritarismo, seja ele de direita ou de esquerda, Orwell não concebia uma sociedade socialista que restringisse a liberdade. Anti-stalinista convicto, o autor de *A Revolução dos Bichos* procurou demonstrar o caráter repressor e aburguesado do regime soviético, indagando que Moscou não representava o socialismo e, portanto, havia traído a Revolução de 1917.

Orwell definiu-se, portanto, como pertencente a um socialismo independente e utilizou seus livros, artigos e resenhas para denunciar as desigualdades sociais, os horrores da guerra e do autoritarismo. Assim, Orwell deixou uma extensa obra que reflete um olhar sobre o mundo das décadas de 1930 e 1940. O olhar de alguém que acreditava que livros de esquerda não deveriam substituir ações de esquerda e que as palavras somente possuem potencial revolucionário quando materializadas em forças políticas, em luta.

Desta forma, Orwell defendeu a ligação intrínseca entre literatura e política, questionando a passividade de diversos intelectuais que se fechavam em seus "muros de marfim" e a crença numa literatura apolítica, afinal, "A opinião de que a arte não deveria ter a ver com política é em si mesma uma atitude política."

A comunicação tem como escopo discutir, através das críticas desenvolvidas por George Orwell, a relação entre intelectual, ação política e arte.

O LIBERALISMO NOS ESCRITOS DE FERNANDO COLLOR E JOSÉ GUILHERME MERQUIOR

Ms. **Mônica Piccolo Almeida** (Mestre UFRJ / Doutoranda UFF)

Assim que toma posse, em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello envia ao Congresso Nacional o Projeto " Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional' cujo eixo central girava em torno da redefinição do papel do Estado nas mais diversas instâncias. Ao partir de então, a pauta da agenda neoliberal invade com grande força o cenário brasileiro.

Em defesa de seu projeto, Collor publicou na grande imprensa, entre os meses de janeiro e abril de 1992, vários artigos que suscitaram grande polêmica, não só por seu conteúdo mas principalmente diante da possibilidade levantada à época de terem sido escritos por José Guilherme Merquior, um dos mais ferrenhos defensores do liberalismo.
Essa comunicação propõe-se, então, a realizar uma análise do conteúdo de tais artigos à luz da produção de Merquior, tendo como objetivo identificar aspectos convergentes e/ou divergentes entre os escritos desses dois arautos do liberalismo no Brasil.

ESTADO E EMPRESARIADO NO BRASIL: A ATUAÇÃO POLÍTICA DE SEVERO FAGUNDES GOMES

Rafael Vaz da Motta Brandão (Mestrando/UFF)

Político, empresário e Ministro da Indústria e Comércio no Governo Geisel, Severo Fagundes Gomes foi, durante a segunda metade da década de setenta, uma das vozes mais ativas na defesa dos interesses do empresariado nacional. Este texto tem como objetivo a análise da atuação política de Severo Gomes na condição de "intelectual orgânico" do empresariado nacional. A partir de artigos, conferências e discursos compilados na obra *Tempo de Mudar*, procura-se destacar as suas posições em torno da defesa do desenvolvimento do setor privado nacional e do intervencionismo estatal no processo econômico, assim como as suas restrições sobre a participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

SAMUEL HUTINGTON E O NEOLIBERALISMO MORAL DA NOVA DIREITA

Tatiana Poggi (Mestranda UFF)

Comunicação centrada na atuação política e acadêmica do intelectual norte-americano Samuel Huntington. Procuraremos, inicialmente, traçar um panorama de sua carreira acadêmica, destacando sua participação em instituições e centros de pesquisa notadamente conservadores a exemplo da tradicional Universidade de Harvard. Mais especificamente, privilegiaremos a análise das temáticas presentes em seus dois últimos livros publicados- "O choque das civilizações" e "Quem somos nós?" – estabelecendo as devidas relações com o desenvolvimento e consolidação do sistema neoliberal nos EUA.

MONITORES

Tiago Silva Moreira
Daniel Madson Vieira
José Abraão Abreu
Osni Ramos Bezerra
Vanessa Cavalcante
Cartejane Bogea Vieira
Arlindyane dos Anjos Santos
Roberta Lobão Carvalho
Jorge Luiz Feitosa Machado
Renata Carvalho Silva
Uslan Mesquita
Sarah de Sousa
Frederico Mamede
Neila Souza
Daisy Damasceno
Paulo Roberto Ribeiro da Silva
Camila Ferreira
Ana Lígia Alves
Leandro Barbosa
Daniela Corrêa Noleto
Luciana Barone
Viviane Ribeiro
Vanessa Martins
Viviane Pereira
Ana Patrícia Sá Martins
Elane Kelle Oliveira
Ana Maria Oliveira
Jucenilde Melônio
Sabrina Nunes de Azevedo dos Santos
Maria Roberta Costa Leite (funcionária do curso de História)
Márcio Gleison Costa da Silva (funcionário do curso de História)

ANAIS ELETRÔNICOS DO IV SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: INTELECTUAIS:

www.outrostempos.uema.br

REALIZAÇÃO

APOIO

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL/SEC-MA